

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

REGINALDO RIBEIRO DA SILVA

**As artes de fazer cidade: um estudo antropológico sobre usos
da categoria cultura no cenário do Projeto Porto Maravilha
na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro**

Niterói, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

REGINALDO RIBEIRO DA SILVA

**As artes de fazer cidade: um estudo antropológico sobre usos
da categoria cultura no cenário do Projeto Porto Maravilha
na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Antropologia da Universidade
Federal Fluminense como requisito parcial para a
obtenção do Título de Mestre

Professor Orientador - Dr. Fabio Reis Mota

Niterói, 2015

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Fabio Reis Mota
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Felipe Berocan da Veiga
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^a. Dr^a. Soraya Silveira Simões
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Lenin dos Santos Pires (Suplente)
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof^a. Dr^a. Leticia de Luna Freire (Suplente)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo

Constitui o principal propósito desta dissertação descrever e interpretar alguns casos de uso da categoria cultura no contexto de *reestruturação* urbana da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Observamos em nosso estudo, entre outros, o uso da “cultura” na elaboração de uma narrativa que valoriza econômica e simbolicamente os bairros portuários na sua relação com os outros bairros da cidade com instalação de grandes equipamentos “culturais”, políticas de “patrimônio cultural” e diversos eventos/atividades “culturais”. Nestas, tem ganhado destaque a retórica da dimensão afrodescendente, com sua contribuição para a formação da “cultura” brasileira, mas também sítios arqueológicos que materializam a dor e o sofrimento do processo de escravização de cativos africanos, Vassollo (2014). Enquanto a antropologia contemporânea, como Marshall Sahlins (1997) apontou, procurou se desfazer da categoria cultura, vários indivíduos, instituições ou *grupos sociais* tem a incorporado, selecionando e classificando algumas ações ou coisas do ‘mundo da vida’ como culturais e mobilizando-as como argumento político e moral para reivindicar direitos territoriais, construir identidades relacionais, obter reparação por danos políticos, criar políticas educacionais, de valorização de bairros, preservação de memória, entre outros.

Palavras-chave: Indigenização da categoria cultura, *reestruturação* urbana em metrópoles, Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Abstract

The main purpose of this dissertation is to describe and interpretate some cases of the use of category of culture in the context of urban restructuring of Rio de Janeiro's harbour area. Amongst other things, we observed in our studies the use of „culture“ in the elaboration of a narration which attaches economical and symbolical value to the harbour area in her relationship to other quarters of Rio de Janeiro with big „cultural“ equipments, politics of „cultural property“ and several „cultural“ events/activities. In this context, the afro-descendant aspect is achieving recognition due to her contribution to the creation of the Brazilian „culture“. Also matter of public interest, are archaeological sites materializing the pain and the suffering of the process of enslavement of African captives, Vassollo (2014). While contemporary anthropology, like Marshall Sahlins (1997) pointed out, tries to dissolve the category of culture, several individuals, institutions and social groups incorporated her, classifying some actions or things of the „Lifeworld“ as cultural for using them as political and moral arguments to require territorial rights, construct identities, obtain compensation for political damages, create education policy, value certain areas and preserve memory, amongst others.

Key-words: indigenization of the category of culture, urban restructuring in metropolises, harbour area of Rio de Janeiro.

Agradecimentos

Ao professor e meu orientador Fabio Reis Mota, agradeço por toda a disponibilidade, pela confiança em mim depositada e pelo estímulo ao meu desenvolvimento intelectual e elaboração deste trabalho.

Ao grupo de alunos do orientador, Luiza Aragon, Lucía Copelotti, Daniela Velasquez, Filipe Juliano, Gabriel Bayarri, Yolanda Ribeiro, Ismael Stevenson, Gabriela Cuervo, Hully Guedes, Esther Pinho, Tainara Lourenço, Decione Penha e Enrique, agradeço pela acolhida e troca de experiências.

Aos professores que aceitaram integrar a banca de defesa da dissertação, Felipe Berocan da Veiga, Soraya Silveira Simões, Leticia de Luna Freire e Lenin dos Santos Pires, agradeço pela gentileza com que acolheram o meu convite. Sinto-me feliz e prestigiado. Especialmente aos titulares da Banca de defesa agradeço pelos seus comentários e reflexões sobre meu trabalho.

Aos professores com os quais tive oportunidade de realizar cursos estimulantes, especialmente os professores do PPGA/UFF Marco Antônio da Silva Mello, professora Simoni Lahud Guedes e a professora Alessandra Barreto. Também agradeço a professora Adriana Facina do PPGA/Museu Nacional com a qual também realizei um curso muito estimulante.

Às professoras Roberta Sampaio Guimarães PPCIS-UERJ e Fernanda Sanchez FAU-UFF que participaram da minha banca de qualificação de projeto oferecendo a primeira leitura crítica da minha escrita e da minha formação como pesquisador.

Agradeço a professora Ana Paula Miranda imprescindível durante a minha trajetória no mestrado, principalmente no período em que foi coordenadora do PPGA e ao seu sucessor na coordenação o professor Edilson Márcio Almeida da Silva.

Agradeço a professora Renata De Sa Gonçalves pela organização do Encontro de

pesquisadores do Núcleo de Antropologia das Artes, Rituais e Sociabilidades Urbanas (NARUA), em 2014, ocasião na qual apresentei os passos iniciais da minha pesquisa e pude contar com sua leitura e debate.

As pessoas com as quais estabeleci diálogos para elaboração do material etnográfico desta dissertação, em especial Dona Merced, Orlando Rey, Silvania Fonseca, Thiago Viana, Alexandre Nadai, Zeh Gustavo, Oyama Archar, entre tantos outros. Também agradeço a Antropóloga Carol Couto e o antropólogo e pesquisador italiano André Cicalo, ambos conheci no meu trabalho de campo.

Aos funcionários do PPGA, Marcelo Gonçalves e Fernanda.

Sou grato a Capes pela bolsa de estudos concedida durante o mestrado.

Aos colegas de PPGA Rodrigo Pennutt, Luiza Aragon, Rafael Velasquez, Filipe Juliano, Gabriel Bayarri, Ana Beatriz, Andreh Santos, Natalia Sales, Thalita Parizoto, Talitha Rocha, Vitor Pimenta, Leticia Marques, Fábio Halmenschlager, entre tantos outros.

Aos meus amigos mineiros de longa data Vagner Caminhas e Daniel Coelho, com os quais pude conviver também durante o mestrado, obrigado pela parceria nas Ciências Sociais.

Aos meus pais Jair do Carmo e Maria do Socorro, sou especialmente grato pelo exemplo de responsabilidade, disposição e dedicação ao trabalho. Às minhas irmãs sou particularmente grato pela torcida e amizade.

À minha consorte, Natalie, para quem as palavras de agradecimento jamais serão bastantes. Obrigado pela companhia, paciência e amor.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos - IPN
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto - CDURP
Operação Urbana Consorciada - OUC
Museu de Arte do Rio - MAR
Universidade Federal Fluminense – UFF
Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF - PPGA
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Pós-graduação em Antropologia da UFMG - PPGAN
Saúde, Gamboa e Santo Cristo - SAGAS
Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ
Parcerias Público Privadas - PPP
Veículo Leve sobre Trilhos - VLT
Certificado de Potencial Adicional Construtivo - CEPAC
Partido da Solidariedade Democrática- PSD
Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC
Fim de Semana do Livro – FIM
Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB
Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura - UNESCO.
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH
Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/IFCS/UFRJ

LISTA DE FOTOS E FIGURAS

Fotografia 1: Museu de Arte do Rio – MAR.	16
Fotografia 2: Museu do Amanhã.	17
Fotografia 3: Praça Mauá e o Elevado da Perimetral.	37
Figura 1: Divisão da Zona Portuária do Rio de Janeiro em sub-regiões segundo a Prefeitura. Site Porto Maravilha.	50
Fotografia 4: Tramas do Porto na Feira do Porto - Arte e Cultura, Largo da Prainha	55
Fotografia 5: Histórias Afro-brasileiras Circuito Histórico da Herança Africana.	60
Fotografia 6: Neste desfile do Carnaval de 2015, do Bloco Cordão do Prata Preta.	66
Fotografia 7: Roda de Samba dos Velhos Malandros e Roda de Capoeira com mestre José Carlos, no salão do IPN.	72
Fotografia 8: Estudantes visitando o IPN.	77

Sumário

Introdução	11
Os caminhos para o objeto proposto.....	18
Capítulo I: A cidade e o porto: deslocamentos dentro de uma cartografia imaginária	25
1.1 A Operação Urbana Porto Maravilha	33
Capítulo II: Entremeados na narrativa do porto: os atores e os bairros em transformação	48
2.1 Silvania Fonseca e a Tramas do Porto: Uma aventura que parte da terapia do bordado para a produção de histórias da Região Portuária	51
2.2 Thiago Viana: Histórias Afro-brasileiras Circuito Histórico da Herança Africana ..	56
2.3 Orlando Rey e o Bloco Cordão do Prata Preta	63
2.4 As histórias mobilizam as pessoas e as pessoas mobilizam as histórias	66
Capítulo III: A experiência de patrimônio cultural em torno do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos	69
3.1 O Comunicado	75
3.2 Potencialidades e perspectivas do IPN	76
Considerações finais	82
Referências bibliográficas	87

Introdução

Esta dissertação se ocupa de alguns usos da categoria cultura no processo de elaboração da narrativa sobre os bairros portuários da cidade do Rio de Janeiro. Neste cenário há um intenso investimento do Poder Público e capital privado em *atividades culturais* gerando uma proliferação de grupos e eventos culturais e, uma competição pelos recursos simbólicos e financeiros disponíveis. Além de uma multiplicidade de coisas, práticas e idéias que passaram a serem evidenciadas e classificadas como cultural.

O trecho de matéria jornalística citado abaixo explicita o uso discursivo da categoria cultura como um dos elementos centrais na nova *governabilidade do urbano*¹ nos projetos de revitalização.

O lugar, aonde os negros escravos chegavam ao Rio, já foi conhecido como Pequena África. Após a Abolição, virou reduto de libertos baianos, que buscavam fazer a vida na então capital do Brasil. Em seu Porto, embarcaram as riquezas das Minas Gerais e desembarcou todo tipo de mercadoria de além-mar. E, nas suas encostas, Assistiu-se ao surgimento da primeira favela carioca, o Morro da Providência. Toda essa efervescência garantiu à Zona Portuária do Rio o status de um dos berços da cultura carioca, origem dos primeiros ranchos e do samba. E agora, que a região se revitaliza, é novamente a cultura — que não esmoreceu nem com décadas de abandono — uma das âncoras de seu renascimento. Entre morros e o mar, surgem novos centros, como o Museu de Arte do Rio (MAR) e, em breve, o Museu do Amanhã. Agentes culturais chegam para se juntar aos que ali resistiram. E, nos seus sobrados, esquinas e galpões, todo tipo de arte finca residência: de apresentações musicais e exposições a mostras de cinema e eventos de moda. (A matéria publicada pelo O Globo em, 22/12/2013, “Zona Portuária: onde a cultura lançou âncora”).

Entre os casos que descrevemos está a experiência de patrimônio cultural em torno do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos – IPN. Nesta dissertação a narrativa sobre o IPN é estruturada textualmente em torno da descoberta do Cemitério de Escravos que funcionou entre o fim do século XVIII e início do século XIX. Esta descoberta foi realizada por uma família ao iniciarem a reforma de sua moradia, nos anos 1996, no bairro Gamboa. O antigo cemitério virou sítio arqueológico, um Museu Memorial foi criado para manter sua preservação e publicitação, transformando-o discursivamente em Patrimônio Cultural afro-brasileiro.

¹ Agradeço aos comentários da professora Soraya Silveira Simões, durante a banca de defesa, sobre a centralidade da cultura “na nova governabilidade do urbano”.

Recorremos também à apresentação de personagens que pudessem através de suas trajetórias explicitarem a complexidade dos processos sociais vivenciados na Zona Portuária. Entre as personagens temos Silvania Fonseca e o projeto *Tramas do Porto: Uma aventura que parte da terapia do bordado para a produção de histórias da Região Portuária*, que consiste em utilizar da arte do bordado em roupas para narrar histórias sobre a Região, bordando a arquitetura, os grupos culturais e os eventos.

Uma segunda personagem é Thiago Vianna ator e diretor do *Periferia em Cena: Histórias afro-brasileiras: Circuito Histórico de Herança Africana*. Este consiste em um espetáculo itinerante realizado nas locações que compõem o Circuito da Herança Africana: o Cemitério Pretos Novos, o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo e o Largo do Depósito.

Nossa terceira personagem é Orlando Rey, um dos fundadores do Bloco Cordão do Prata Preta. Este bloco foi fundado com o propósito de animar o carnaval de rua dos bairros portuários, em 2005, com marchinhas versando sobre história, principalmente sobre a história local.

Com este propósito, este trabalho inspira-se na expressão e fértil ideia de Marshall Sahlins (1997): a *indigenização* da categoria cultura na contemporaneidade. Como sugere o autor, enquanto a antropologia contemporânea procurou se desfazer da categoria cultura, vários indivíduos, instituições ou *grupos sociais* tem a incorporado, selecionando e classificando algumas ações ou coisas do ‘mundo da vida’ como culturais e mobilizando-as como argumento para reivindicar direitos territoriais, construir identidades relacionais, reparação por danos políticos, criar políticas educacionais, valorização de bairros, fomentar o mercado do turismo cultural, preservação da memória, entre outros.

Estes são atores envolvidos ativamente e criativamente numa autoconsciência em que a ‘cultura’ se tornou um valor objetivado num acarajé ou num museu de arte contemporânea; na arquitetura de uma igreja ou do samba como patrimônio cultural; nas reivindicações de direitos dos chamados povos e comunidades tradicionais²; num evento/atividade cultural; na exploração do mercado turístico ávido de danças “nativas”, artefatos ou coisa que valha³. Mas também há atores motivados com discursos de melhorar o bairro para se viver; implantar equipamentos culturais monumentais como

² Silva (2010), Mota (2014), entre outros.

³ Sahlins (1997).

alavancas para impulsionar obras de *reestruturação* urbana; ou do equipamento cultural como recurso pedagógico para a cidadania, entre outros.

No cenário atual, a Zona Portuária, alvo da *cultura na governabilidade do urbano*, é um das Regiões que concentra grande parte das intervenções urbanas em curso na cidade do Rio de Janeiro, impulsionadas particularmente pela realização da Copa do Mundo, em 2014, e dos Jogos Olímpicos⁴, em 2016, alvo da Operação Urbana Consorciada - Porto Maravilha, descrita no capítulo I desta dissertação.

Estas intervenções mobilizam um discurso de gestão das cidades inspirada no planejamento estratégico empresarial, experimentada em várias metrópoles mundiais, em bairros como Mitte, a área central de Berlim⁵; a região da Luz, em São Paulo⁶; porto Barcelona⁷; Lisboa em Portugal⁸; Baltimore⁹ nos Estados Unidos da América¹⁰ e Puerto Madero, Buenos Aires, Argentina¹¹, entre outros.

Otília Arantes (2000), Carlos Vainer (2000) e Castells & Borja (1996) entendem que após o fim da chamada “*Era do Crescimento industrial capitalista*”, nos anos de 1970, o planejamento urbano, destinado por definição a discipliná-lo, simplesmente perdeu seu caráter de evidência e cifra da racionalidade moderna, tornando-se o alvo predileto da ofensiva liberal-conservadora, politicamente vitoriosa a partir de 1979/80. E a ‘questão urbana’ teria um novo nexos central, a *competividade urbana entre metrópoles*, num processo de internacionalização dessas áreas para desenvolvimento do capital. Para Carlos Vainer (2000),

Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas as mesmas condições e desafios que as empresas. Assim, por exemplo, Bouinot e Bermils afirmam a necessidade da “transposição da *démarche* estratégica para a gestão urbana” porque as cidades vêm sendo desafiadas por “mutações idênticas” às vividas pelas empresas (Bouinot & Bermils, 1995, p. 12). Para Borja, “as cidades se conscientizam da mundialização da economia e da comunicação” e, em consequência, “se produz crescente *competição* entre territórios e especialmente entre seus pontos nodais ou centros, isto é, as cidades” (Borja, 1995, p. 276). [...] Em Castells é ainda mais clara a ênfase na caracterização da *démarche* estratégica como uma imposição do ambiente de concorrência,

⁴ Bienenstein; Mascarenhas; Sanchez (2012), Correia (2013).

⁵ Arantes (2000).

⁶ Frúgoli & Sklair (2009).

⁷ Bienenstein; Mascarenhas; Sanchez (2012).

⁸ Leite (2010).

⁹ Arantes (2000).

¹⁰ *Idem*.

¹¹ Guimarães (2011).

inclusive interurbana, incerto e instável: "A flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia do mundo *exigem* o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração" (Castells, 1990, p. 14 - grifo do autor). (VAINER, 2000, pág. 76).

Entretanto, como dito anteriormente, neste contexto de *idades competitivas* direcionamos nossa atenção para as gramáticas mobilizadas nas ações políticas, institucionais ou não, de identificação de memórias, eventos/atividades culturais, nos grandes investimentos em equipamentos culturais monumentais e na preservação e restauração de objetos materiais, lugares e práticas sociais que são transformadas através do discurso e da ritualização em 'patrimônios cultural'. Neste último caso as contribuições de Gonçalves (2012) são boas para pensar,

A palavra 'patrimônio' transformou-se numa espécie de 'grito de guerra' e qualquer espaço da cidade, qualquer atividade, qualquer lugar, qualquer objeto podem ser, de uma hora para a outra, identificados e reivindicados como 'patrimônio' por um ou mais grupos sociais. Em geral, trata-se de reivindicações identitárias, fundadas numa memória coletiva ou numa narrativa histórica, mas, evidentemente, envolvendo interesses muito concretos de ordem social e econômica. (GONÇALVES, 2012, pág. 59-60)

Para o autor o sentido moderno da categoria 'patrimônios', constituem-se, eles próprios, em 'culturas' ou mais precisamente, em formas específicas de imaginar ou de inventar, no sentido de Roy Wagner (2010) 'a cultura'. Portanto, sugere que para pensar patrimônios como 'culturas' devemos nos perguntar por sua linguagem ou vocabulários a partir dos quais objetos materiais, lugares, práticas sociais ou formas de vida são transformadas discursivamente, em 'patrimônios'.

talvez ganhássemos muito, em termos de entendimento, se abrissemos as categorias 'patrimônio' e 'patrimonialização'. Quero dizer com isso que, sob essa palavra, desdobram-se uma infinidade de experiências humanas, num amplo leque de experimentos sociais, institucionais e discursivos. Nossa tarefa, como analistas, consiste em descrever e analisar essas experiências específicas de patrimonialização, e funcionamento de museu (incluindo-se os processos de destruição intencional de monumentos, patrimônios, museus). Este poderia ser um caminho para nos livrar do peso (excessivo que estes substantivos (patrimônios, identidades, memória, tradição, entre outros) trazem para nosso pensamento. Não pensá-los como 'entidades', mas como atividades, formas de ação, e perguntarmos pelas suas consequências. (GONÇALVES, 2012, pág. 71)

Ainda de acordo com o autor, faz-se necessário pensar patrimônios para além de suas formulações jurídicas e ideologias oficiais, de um suposto consenso cívico, pois *'ao contrário os patrimônios culturais exibem-se como fragmentários e divididos em si*

mesmos. Sua unidade parece constituir-se em uma promessa jamais cumprida, uma realização constantemente adiada’ (GONÇALVES, 2012, pág. 65).

Para uma melhor compreensão sobre alguns usos da categoria cultura e patrimônio, contempladas nesta dissertação, faz-se necessária uma reflexão sobre o lugar da ‘memória’ nesses processos. Autor referência para os estudos sobre memória é Maurice Halbwachs (2006), da Escola Sociológica Francesa, que postulou a importância dos “quadros sociais da memória”. Segundo este autor, as lembranças são, simultaneamente, um processo de reconhecimento e de reconstrução do passado. Ancorando-se fortemente no quadro de referências temporais e espaciais, envolvendo tanto o sujeito quanto o grupo em uma “comunidade afetiva”, na qual a memória vai tomando forma coletivamente.

Alessandro Portelli (2000) em seu texto sobre *O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944)*, faz uma reflexão sobre o estatuto da ‘memória coletiva’. Para o autor o uso do termo tornou-se legítimo pelo menos desde o trabalho de Maurice Halbwachs. Entretanto, Portelli chama atenção para o fato de que o ato de lembrar é sempre individual e se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais, tornando-se “memória coletiva” quando é abstraída e separada da individual.

Mas não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve “*eu me lembro*”. Por outro lado, Halbwachs descreve como um processo individual, até solitário, uma atividade essencial da memória: o esquecimento [...] Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é *social* e pode ser *compartilhada* (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”); mas do mesmo modo que *langue* se opõe a *parole*, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada da individual: no mito e no folclore (uma história para muitas pessoas: o “bom alemão”), na delegação (uma pessoa para muitas histórias: Ida Balò), nas instituições (sujeitos abstratos escola, Igreja, Estado, partido que organizam memórias e rituais num todo diferente da soma de suas partes). (PORTELLI, 2000, pág. 23)

Portanto postula que a “memória coletiva” nada tem a ver com memórias de indivíduos, não servindo para descrever como expressão direta e espontânea de dor, luto, identidade, conquista, entre outros, mas como uma formalização igualmente legítima e significativa, mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições. Múltiplas e fragmentadas, internamente divididas, todas, de uma forma ou

de outra, ideológica e culturalmente mediadas, acionadas para fazer frente a *demandas* situadas.

Em resenha intitulada *O 'modelo Barcelona' em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica*, realizada pela Antropóloga Neiva Vieira da Cunha (2013) do livro do seu colega de *métier* Manuel Delgado, da Universidade de Barcelona, *La ciudad mentirosa. Fraude y miséria del modelo Barcelona*, Cunha faz uma reflexão sobre os processos de produção de memórias, patrimônios culturais e implantação dos grandes equipamentos culturais nas narrativas de grandes projetos de reestruturação urbana nas últimas décadas.

Associado ao processo de construção de uma identidade única seria também empreendida uma estratégia de produção daquilo que os urbanistas e arquitetos costumam definir como “espaços de qualidade”, a partir da invenção de “lugares de memória” e da proliferação de “políticas monumentalizadoras”. Essas ações teriam por objetivo tanto a valorização de um determinado ponto de vista sobre a história urbana quanto a viabilização de planos e projetos governamentais. Na base de tal processo estaria a eleição de determinados fatos e acontecimentos históricos, em detrimento de outros, produzindo uma espécie de memória coletiva oficial e institucionalizada, que passaria a orientar o uso prático e simbólico do espaço urbano. (CUNHA, 2013, pág. 328)

Estes equipamentos culturais monumentais¹² como o Museu do Amanhã, do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, em construção e o Museu de Arte do Rio - MAR, inaugurado em 2013, ambos no entorno da Praça Mauá, são considerados pela Prefeitura como âncoras¹³ para alavancar o processo de reurbanização¹⁴.

¹² <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>. Acesso dia 05/04/2015.

¹³ A âncora de acordo o Dicionário da Língua Portuguesa Priberam seria um instrumento de ferro que, ligado aos navios por uma corrente e lançado ao fundo da água, o mantém seguro. No sentido *figurado* tem-se a ideia de recurso ou proteção. Quando utilizado no *comércio* refere-se a grandes lojas, marcas de grande dimensão e importância, destinada a promover o desenvolvimento de um centro comercial atraindo consumidores. Por último, na *Rádiodifusão* ou *Televisão*, é o apresentador principal de um noticiário ou programa informativo.

¹⁴ <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>. Acesso dia 05/04/2015.



Fotografia 1: Museu de Arte do Rio – MAR. Fonte: Site Porto Maravilha.



Fotografia 2: Museu do Amanhã. Fonte: Site Porto Maravilha.

Para Otlia Arantes (2000) os equipamentos culturais como âncora servem para aumentar as chances de consenso em nome de um alegado civismo, uma sensação de cidadania, induzida através de atividades culturais que estimulem a criatividade, a auto-estima, o conhecimento técnico e científico. Como contestar a implantação de um museu? Quem seria contra o aprimoramento coletivo? Indaga a autora.

Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de *revalorização urbana* _ sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?..). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa a que ponto chegamos! (de sofisticação?) - é a Cultura. Essa a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluente dos altos serviços a que todos aspiram. (ARANTES, 2015, pág. 31).

A perspectiva da autora coloca os eventos e equipamentos culturais na “condição de vilão”, como instrumentos de alienação utilizados pelo grande capital e pelo Poder Público para alienar e garantir apoio da população ao Planejamento Urbano Estratégico. Entretanto, a perspectiva adotada nesta dissertação não tem como ponto de partida a “cultura” como um “instrumento alienante”, mas busca compreender os processos sociais com o olhar voltado para as intencionalidades das autoridades e grandes corporações, sem esquecer ou desmerecer as intencionalidades nas ações das ‘pessoas comuns’: moradores, *agentes culturais*, organizadores de atividades/eventos, mobilizadoras e mobilizadas pela narrativa histórica cultural dos bairros portuários, que quase cotidianamente movimentam as ruas e praças da Região.

Estes recorrem a vários argumentos como: uma preocupação com o patrimônio cultural como ‘bem público’; o desejo de participar do processo de transformação do bairro; afirmação identitária; integrar os moradores do bairro; contribuir para a formação de cidadãos conscientes com *conhecimento histórico*; resgatar e valorizar a história; a busca pelo ‘lúdico, lazer’ ou por uma experiência ‘autêntica’; valorizar econômica e simbolicamente os bairros; e, sobrevivência financeira individual ou familiar.

Neste cenário a narrativa historicamente construída de bairros degradados é reelaborada para bairros ‘culturais’ e ‘turísticos’ deslocando sua imagem na ‘*cartografia imaginária*’ da cidade com discursos e ações políticas e, por consequência, reordenando a hierarquia entre os bairros. Assim, a capital carioca deixa de ser apresentada apenas como destino do turismo, nacional e internacional, em torno das belezas naturais e passa a ser reconhecida também como metrópole cultural.

Esta é a política da Prefeitura que estimula a ‘oferta cultural’ como instrumento na sua atuação para ‘fazer a cidade’: em *bairro-culturais* e *bairros-não culturais, turísticos* e *não turísticos*. Para a interpretação deste deslocamento buscamos apoio na ideia de ‘*cartografia imaginária*’, nos termos de Agier (2010) que corresponde a uma referência a cidade inteira que é apreendida pelos seus habitantes, por formas diferentes segundo as suas vivências pessoais e as identificações com determinados lugares, ‘*uma cartografia imaginária dos cidadãos que vivem em certas partes da cidade continuando a ter, sobre os outros espaços, pelo menos algumas experiências, ideias ou imagens*’ (2010, pág. 67). O autor parte para pensar essas questões com base nas ‘regiões morais’ de Erza Park (1915, pág. 29-72) que pensa como projetos, valores e estilos de vida estão relacionados com as percepções sobre a cidade, bem como o modo segundo o

qual o espaço é apropriado, sendo que cada área da cidade tem uma função dominante na distribuição da população e das atividades urbanas. Mas, Agier (2011, pág. 66), salienta que este imaginário constrói-se também “*por aglomeração progressiva em função de afinidades ou, pelo contrário por reação aos preconceitos*”. Portanto as diferenciações não se constroem apenas pelo prestígio ou status, mas na distância social que essas distinções estabelecem.

Os caminhos para o tema proposto

Iniciei minha pesquisa com uma rápida busca na internet e realizei a primeira incursão na Praça Coronel Assunção, mais conhecida como Praça da Harmonia, no bairro Gamboa, no dia 13/03/2014, no evento de ocupação artística do Festival de Arte Pública¹⁵, sob curadoria da Cia de Mistérios e Novidades. Este evento integrou o I Festival Carioca de Arte Pública “*Arte Pública, uma política em construção*”, por meio do qual, durante três meses, de janeiro a abril de 2014, praças da região sul, centro e norte da cidade foram sendo ocupadas *culturalmente*, com apresentações diárias de artistas de diferentes linguagens: circenses, palhaços, músicos, estátuas-vivas, caricaturas, retratistas, realejo, lambe-lambe, bonequeiros, mímicos, dançarinos, cantores, capoeiras, entre outros. Este festival é composto pelas curadorias dos grupos Companhia Brasileira de Mistérios e Novidades na Praça Harmonia, Grupo Tá Na Rua na Praça Tiradentes e Lapa, Boa Praça na Praça Saens Peña e Praça Xavier de Brito e Grupo Off Sina no Largo do Machado.

Nesta ocasião recebi vários folhetos informativos sobre o Festival e um sobre o lançamento do coletivo ComDomínio Cultural da Região Portuária¹⁶, que aconteceu dia 23 de abril de 2013, formado no contexto dos grandes eventos na cidade e reestruturação urbana da Região Portuária. Os membros deste coletivo se autodenominam agentes de cultura, instituições, sociedades, artesãos, companhias,

¹⁵<http://www.cultura.rj.gov.br/evento/grupos-de-teatro-de-rua-realizam-o-i-festival-carioca-de-arte-publica>. Acesso 15/03/2014

¹⁶ Que também pode ser encontrado no blog: <http://comdominiocultural.blogspot.com.br/2013/09/comdominio-cultural-da-regiao-portuaria.html>. Acesso 15/03/2014

grupos, blocos, cordões, artistas, cidadãos e demais expressões culturais, que se julgam protagonistas e mantenedores da memória cultural da Região Portuária, com o objetivo de unir forças em prol do compartilhamento de produção, divulgação, legitimidade, fomento e experiências. Em suas reuniões, que acompanhei no primeiro semestre de 2014, era discutido os seguintes aspectos: a organização interna da experiência do coletivo; a forma como as políticas públicas culturais estão sendo aplicadas na Região; a chegada de novos atores *culturais* e a conseqüente disputa pelos recursos financeiros, simbólicos e apropriação dos espaços públicos.

Com todos os dilemas de associar-se a experiência de formar um coletivo às vezes esfria, às vezes esquenta, demandando dos seus atores buscarem alternativas para que o movimento continue em movimento¹⁷. Dona Merced, fundadora e presidente do IPN, fala de sua experiência, “*Mas é muito difícil o coletivo. As pessoas estão muito acostumadas ao seu eu. A sua luta, a sua sobrevivência, principalmente cultura. A cultura é uma coisa tão mal remunerada, mal dividida*”.

Entre minhas idas e vindas do trabalho de campo frequentei pouco o IPN e as reuniões do ComDomínio no segundo semestre do ano de 2014. Mas continuei a frequentar as rodas de samba, os blocos de carnaval, as feiras de artesanato, apresentações teatrais, etc. Quando retornei na última semana do mês de novembro ao IPN, descobri que já não havia mais reuniões, a experiência deste coletivo *havia esfriado*.

Mas foi ali que tive meu primeiro contato com a Região Portuária e pude observar e estabelecer diálogos com diversos atores que experimentam ações voltadas para atividade culturais e processos de patrimonialização. Conheci Ana Maria de la Merced Gonzalez Gaña Guimarães dos Anjos, presidente do IPN e seu marido Senhor Petruccio Guimarães dos Anjos Herzil Junior. Além de Mauricio Hora (fotógrafo do Morro da Providência); Machado (presidente dos Filhos de Gandhi); o sambista Alexandre Nadai; Gabriel Catarino (liderança de bairro), Ligia Veiga (da Cia de Mistérios); Gracy (bisneta de Tia Ciata); Maria Lúcia dos Santos, artista plástica, conhecida como Tia Lúcia; a antropóloga Simoni Vassollo Pondé; o antropólogo italiano André Cicalo; o arqueólogo Renato Tavares, o historiador Claudio Honorato e tantos outros pesquisadores, moradores das imediações, povo de santo, e vários outros *agentes culturais*.

¹⁷ O livro *Arenas Públicas: Por uma etnografia as vida associativa*, (2011), organizado por Cefai, Veiga, Mota & Mello, traz importante contribuição sobre o tema da vida associativa institucionalizada ou não.

Nestes encontros e desencontros para a elaboração desta etnografia buscou-se estabelecer relações de familiaridade e de confiança com os interlocutores e com o seu campo de atuação, recusando explicações *a priori* cujas categorias e as hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão, evitando cair na reprodução de modelos que acabam se tornando lugar-comum. E realizou-se observação direta nas reuniões de experiência de formação do Coletivo ComDomínio Cultural; no seminário potencialidades e perspectivas futuras do Instituto Pretos Novos Museu Memorial –IPN; além de acompanhar diversas ‘atividades culturais’; realização de entrevistas; análise de documentos do projeto de reestruturação urbana Porto Maravilha; material de mídia e discussões na rede social Facebook.

O critério de distinção mais pertinente para especificar a pesquisa etnográfica é a realização da observação direta e da observação participante como modalidades primeiras da investigação. O pesquisador se implica de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. [...] Ele se preocupa em saber quem são e o que fazem os atores, porque e como, com quem e em vista de qual ou quais experiências eles depreendem suas ações. [...] A pesquisa etnográfica pode se combinar com outras atividades como entrevistas, do questionário mais formalizado à conversa mais corriqueira; ela pode recorrer às abordagens sistemáticas sobre desenhos cartográficos ou dados estatísticos; pode, enfim, incluir os métodos de análise de documentos escritos ou iconográficos, na pesquisa arquivística ou museográfica. (CEFAÏ, VEIGA, MOTA, 2011, pág. 10-11).

Este percurso possibilitou desenvolver três capítulos que compõem esta dissertação. No primeiro capítulo, *A cidade e o porto: deslocamento dentro de uma cartografia imaginária* descreve historicamente a relação entre o porto e os outros espaços da cidade e as representações decorrentes dessa dinâmica. Os projetos urbanos voltados para a Região, assim como, as influências urbanísticas e arquitetônicas recebidas de outras experiências urbanas ao redor do mundo, no contexto atual, notadamente o chamado modelo Barcelona. Além das novas narrativas que vem sendo elaboradas - *de berço da ‘cultura carioca e brasileira’, polo turístico*, somadas as ideias *de modernização, mobilidade urbana e novidade* - que se articulam, de alguma maneira, ao léxico da decadência atribuído historicamente como marca da Região e justificando as obras de reestruturação urbana.

O segundo capítulo, *“Entremeados na narrativa do porto: os atores e os bairros em transformação”* se estrutura em torno das trajetórias de três atores sociais moradores na Região Portuária, envolvidos diretamente em ações voltadas para uma identificação de ‘memórias’ e ‘atividades culturais’. São eles: Silvania Fonseca, artesã

da Tramas do Porto; Thiago Vianna ator e diretor do Periferia em Cena: *Histórias afro-brasileiras: Circuito Histórico de Herança Africana*; e, Orlando Rey, um dos fundadores do Bloco Cordão do Prata Preta. Todos esses atores narram as suas ações repousando sobre compromissos com suas histórias, memórias, pertencimentos, identidades e percepções emotivas do mundo. A partir dos mesmos procuro apresentar um percurso entre os bairros Gamboa e Saúde.

Em “*A experiência de patrimônio cultural em torno do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos*”, terceiro e último capítulo, se estrutura em torno da descoberta de um cemitério de escravos que funcionou entre o fim do século XVIII e início do século XIX, realizada por uma família ao iniciarem a reforma de sua moradia, nos anos 1996. O cemitério virou sítio arqueológico, um Museu Memorial foi criado para manter sua preservação e publicitação, transformando-o discursivamente em Patrimônio Cultural, embora sua *função* ou *uso* tenha sido sempre alvo de debates. Ao realizar uma observação direta de alguns momentos deste debate refletimos sobre o *lugar* do IPN na narrativa sobre os bairros portuários e os modos pelos quais a categoria cultura e o argumento da preservação de memória e de história são mobilizados nas ações que exigem reparação por danos políticos, políticas educacionais e mercado do turismo cultural, relacionados à temática afro-brasileira.

Capítulo I

A cidade e o porto: deslocamentos dentro de uma cartografia imaginária

Desde o início da ocupação da Baía de Guanabara e a fundação da cidade do Rio de Janeiro, por Estácio de Sá, em 1565, a Região da Zona Portuária foi ocupada por atividade econômica e portuária, devido às suas condições climáticas e geográficas adequadas, aliadas à extrema exuberância das terras circundantes¹⁸. A transferência da capital da colônia portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763 e a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, acelerou o processo de urbanização e desenvolvimento da Saúde, da Gamboa, do Saco do Alferes e da praia Formosa¹⁹. A crescente atividade portuária, principalmente, em torno do transporte do café e a transferência do mercado de escravos da Praça XV para o Cais do Valongo, atual Rua Barão de Tefé, bairro Saúde, dinamizou a ocupação dos morros e planícies de toda a área circunvizinha, criando as condições para a posterior formação dos três bairros vinculados à atividade portuária: Saúde, Santo Cristo e Gamboa. Durante o século XIX as chácaras foram sendo divididas em lotes urbanos e vários logradouros públicos foram criados²⁰.

A Região do Porto, um dos alvos da campanha sanitária²¹ da cidade no início dos anos 1900, historicamente descrito por comportar usos mais periféricos²², de características menos nobres, ou seja, vinculados à questão da escravidão e seus desdobramentos, aos depósitos de mercadorias, às tabernas e oficinas, aos trapiches e atividades ligadas à estiva, e a uma população²³ também periférica e marginalizada, porém fundamental ao processo de manutenção e crescimento da urbe.

Em sua dissertação, Fernando Fernandes de Mello (2003) “*A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas*”, defendida no âmbito do IPPUR/UFRJ, descreve que no início do século XX durante as reformas realizadas pelo Prefeito Pereira Passos, um novo porto foi construído pelo Governo Federal entre 1903 e 1910,

¹⁸Cardoso (1987), Mello (2003).

¹⁹*Idem*.

²⁰Cardoso (1987).

²¹Malária, Febre Amarela, Peste Bubônica, Tuberculose. Ver, Moura (2005), Mello (2003), Carvalho (1987), entre outros. E a Varíola, doença combatida com aplicação forçada da vacina. Episódio que desencadeou a chamada Revolta da Vacina, manifestação popular ocorrida entre 10 a 16 de novembro de 1904, sendo os bairros da Saúde e Gamboa, um dos palcos desse conflito. Carvalho (1987).

²²Mello (2003), Guimarães (2011).

²³Moura (2005) e Cardoso (1987).

como parte importante da intervenção física e urbanística na cidade. Os pontos mais importantes da reforma, nos aspectos de intervenção física do espaço, objetivavam o saneamento básico, o reordenamento e ampliação da estrutura de transportes da cidade, a drenagem de águas pluviais e o reaproveitamento do solo urbano, e nas questões administrativas, investimentos na educação pública, ampliação no atendimento médico e melhoramentos dos serviços a cargo da Prefeitura²⁴.

Roberta Sampaio Guimarães (2011), em sua tese de doutoramento defendida no âmbito do PPGSA/IFCS/UFRJ, “*A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*”, considera que a *Reforma Pereira Passos* foi o primeiro grande plano urbanístico idealizado para a cidade, consolidando as bases para projetos futuros. Ainda de acordo com a autora os anos entre 1903 e 1906 demarca a origem dos projetos urbanísticos nesses espaços, com alargamento de diversas vias da área central, construção da Avenida Central (atual Rio Branco), aterro da orla para a ampliação das atividades portuárias, incentivando a circulação com a Zona Sul da cidade²⁵.

As obras do porto foram contratadas em 1903 com uma firma inglesa e tiveram início em março de 1904, compreendendo em sua primeira parte o trecho de 600 metros que ia do Mangue até o trapiche da Gamboa. Cerca de dois mil trabalhadores foram contratados para o trabalho. As obras complementares da Avenida Central, da Avenida do Cais (Rodrigues Alves) e do canal do Mangue [...] As desapropriações para a construção da nova avenida começaram em dezembro de 1903, as demolições em fevereiro de 1904, quando também foram iniciadas as obras do canal do Mangue. Paralelamente, a prefeitura se encarregava das obras de alargamento de algumas ruas do centro. (CARDOSO, 1987, pág. 93).

Na segunda metade da década de vinte do século XX, na Administração Prado Júnior, a Prefeitura do Distrito Federal contratou o urbanista francês Alfred Agache²⁶ no período de 1926 a 1930, ocasião na qual foram concebidas a Avenida Presidente Vargas e algumas ligações metroviárias. Em 1960, com a criação do Estado da Guanabara, é eleito seu primeiro governador Carlos F. W. Lacerda. Em 1963, o mesmo contrata a firma Doxiadis Associates para desenvolvimento do plano de urbanístico (1963-1965).

De acordo com Fernando de Mello (2003), o aspecto de circulação característico do Plano Agache, idealizado por Alfred Agache, são retomados nos anos 1960 e 1970 produzindo uma grande transformação na estrutura de circulação da cidade, na Região Portuária, o sistema viário implantado foi articulado à malha

²⁴Mello (2003).

²⁵*Idem.*

²⁶Guimarães (2011)

rodoviária do antigo estado da Guanabara através de duas obras de impactos significativos: a própria construção do Elevado da Perimetral, sobre a Avenida Rodrigues Alves, faz parte destas recomendações, do Plano Doxiadis²⁷, assim como a linha Lilás, que é o prolongamento do túnel Catumbi Laranjeiras até a Av. Rodrigues Alves, no Cais do Porto, e a construção sul à Av. Brasil passando sobre a Zona Portuária. Posteriormente essa ligação ampliou-se com a construção da Ponte Rio Niterói, inaugurada no início dos anos de 1970, a linha Vermelha desde o Túnel Rebouças, e sua continuação paralela à própria Av. Brasil, com articulações ao sistema de rodovias Federais, como a via Dutra e a Rodovia Washington Luís²⁸.

Na década de 1980, representantes da iniciativa privada se organizaram em torno da Associação Comercial do Rio de Janeiro com a intenção de construir um pólo exportador da cidade cujos serviços apoiassem suas atividades comerciais internacionais²⁹. Para Roberta Guimarães (2007) essa é a época dos primeiros planos urbanos com discursos de “revitalização” para a Região Portuária.

Para fazer frente a esse projeto, moradores³⁰ da Região, juntamente com alguns representantes do poder público, criaram em 1984 o Projeto SAGAS³¹, com o objetivo de elaborar uma legislação de proteção do ‘patrimônio cultural edificado’ da Região Portuária. Esta iniciativa resultou na chamada “Lei do Sagas”, o Decreto n. 7.351/88, para valorizar aquilo que era reconhecido prática e discursivamente como o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural criando uma grande área de *preservação* envolvendo os bairros de Santo Cristo, Gamboa, Saúde e parte do Centro – SAGAS, concluído em 1988, preservou cerca de 2.000 imóveis³², incluindo igrejas, cortiços e pinturas de botiquim fixando normas de intervenção e de construção, impediu a transformação da área em Centro Comercial de Exportação³³ controlando a atuação do mercado imobiliário garantindo o uso residencial, restringindo a ampliação do uso industrial e de serviços em apoio às atividades portuárias.

²⁷A expansão da malha rodoviária é tratada também no livro “*Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*”, (1981), de Carlos Nelson dos Santos. Ao analisar três casos de organização de moradores em defesa de suas moradias - Brás de Pina, Morro Azul e Catumbi. Analisa a construção da via expressa que ligaria o túnel Santa Bárbara com as duas entradas mais importantes do Rio de Janeiro: a ponte Rio-Niterói e a avenida Brasil. Pois impactava diretamente os moradores do bairro Catumbi. (1981, pág. 156)

²⁸Mello (2003).

²⁹Guimarães (2007)

³⁰Vassollo (2012), Guimarães (2011).

³¹Documento oficial da legislação do Projeto Sagas: http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/lei971_87.pdf. Acesso 15/03/2015.

³²Guimarães (2011).

³³*Idem*.

Houve um diagnóstico elaborado em julho de 1993, a partir dos levantamentos realizados para estabelecimento da Área de Especial Interesse Urbanístico, em continuidade à lei 971/87 que delimitou e definiu características de ocupação e zoneamento para os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, através de critérios de preservação pelas suas características históricas urbanas de tipologia edilícia e conjunto edificado. A constatação foi de que a área portuária era um vetor de crescimento da Área Central de Negócios, e precisava de uma proposta de utilização, tendo em vista o interesse que existe quanto à revitalização dos espaços para novas ocupações como: lazer, turismo, cultura, residências, a preservação do patrimônio histórico-arquitetônico, a recuperação dos espaços ociosos e a melhoria das condições ambientais da orla marítima integrando-a a cidade. (MELLO, 2003, p. 86).

A partir desse momento, Roberta Guimarães (2011) afirma que a categoria cultura entrou em disputa por seus diferentes usuários: sejam os gestores públicos, os especialistas das áreas de arquitetura, urbanismo, história, sociologia, geografia e antropologia, moradores, associações de bairro, sociais e recreativas, comerciantes, empresários, entre outros. Assim, os bairros que até então eram predominantemente destinados aos usos comerciais, industriais e de serviços, começaram a ter entre seus aspectos, alguns escolhidos e valorizados como “culturais” para fazer frente aos avanços do mercado imobiliário, nos anos de 1980, ao mesmo tempo em que iniciavam um *deslocamento da imagem* destes bairros em relação aos outros bairros da cidade.

E, em seu conjunto, a divulgação oficial do plano movimentava as noções de “zona degradada”, “sítio histórico”, “patrimônio cultural” e “renovação urbana”, produzindo um discurso sobre os espaços da Zona Portuária que construiu o imaginário de que eles eram “deteriorados” e que, *por isso*, seria necessária a substituição de seus usos e funções. E, temporalmente, esse imaginário era reforçado pela representação do passado da região como uma sucessão de erros que teriam levado à sua “degradação”, do seu presente como a oportunidade de mudança dessa situação, e de seu futuro como a realização de uma desejada “modernização”. (GUIMARÃES, 2011)

Para a interpretação deste deslocamento buscamos apoio no já citado conceito de ‘*cartografia imaginária*’, de Agier (2011) que corresponde a uma referência a cidade inteira percebida pelos seus habitantes, seja por vivências, ideias ou imagens sobre determinados lugares da cidade. Inspirado nas ‘regiões morais’ de Erza Park (1976), Agier salienta que as diferenciações e hierarquias não se constroem apenas pelo prestígio ou status, mas na distância social que essas distinções estabelecem. Como veremos este processo de deslocamento da *imagem dos bairros da Zona Portuária* ganha contornos mais claros com os projetos de reestruturação urbana, a partir dos anos 2.000, principalmente com a Operação Urbana Consorciada – Porto Maravilha e seu

objetivo de fazer da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro um Polo Cultural da cidade, de modernidade, mobilidade, Shopping Center e torres espelhadas.

Para o professor e pesquisador do IPPUR/UFRJ, Carlos Bernardo Vainer³⁴ (2000), essas são gramáticas reconhecidas como importantes para mobilizar a opinião pública com ênfase na promoção da autoestima dos cidadãos, mobilizando recursos capazes de despertarem nos indivíduos um *patriotismo de cidade* e o concomitante desejo de inserção na modernidade.

A proposta de um plano estratégico requer de entrada uma série de condições, entre as quais destacamos as seguintes: vocação expansiva da cidade (em curso ou como projeto); existência de atores urbanos que aceitam a articulação; *sensação generalizada de crise* de crescimento ou de perda de oportunidades que permite superar os enfrentamentos entre atores relacionados com os conflitos do dia-a-dia; liderança (unipessoal e compartilhada) (Borja & Castells, 1997, p. 166 - grifo do autor). [...] Em todas as passagens aqui reproduzidas, como em muitas outras de mesmo teor, constata-se uma clara associação entre, de um lado, o *sentimento (ou consciência) de crise* e, de outro lado, o efeito útil produzido, qual seja, as condições para uma trégua nos conflitos internos ou, se se preferir, para a paz social interna. (VAINER, 2000, pág. 83).

Vainer observa que não é a *crise* em si o elemento decisivo, mas sim sua percepção. Tratando-se de condições subjetivas possibilitando o surgimento da trégua e da paz sociais em que a abdicação, por parte de diferentes atores, de seus interesses particulares possa dar lugar a um suposto projeto unitário de cidade. O autor salienta que o *sentimento de crise*³⁵ pode ser passageiro, demandando sua transformação em um consistente e durável *patriotismo de cidade*.

três princípios que devem orientar a ação, está destacado: "geração de um patriotismo da cidade que permita a seus líderes, atores e conjunto da cidadania assumirem com orgulho seu passado e seu futuro e, especialmente, a atividade presente em todos os campos" (Borja & Forn, 1996, p. 46). Na mesma linha, em outro texto, dentre as quatro principais tarefas do governo local encontramos: "Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de *patriotismo cívico*, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população" (Castells & Borja, 1996, p. 160 - grifo do autor). (VAINER, 2000, pág. 94)

³⁴ Carlos Bernardo Vainer, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, participou no ano de 1994 do Conselho da cidade do Rio de Janeiro, na ocasião da elaboração do primeiro Plano Estratégico da cidade.

³⁵ A professora Soraya Simões chamou atenção, durante a banca de defesa, que sempre haverá "a invenção retórica" de alguma sensação de crise.

Estes discursos destacados pelo autor começam a encontrar cenário favorável³⁶ para seu desenvolvimento na cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 1990, na gestão do Prefeito Cesar Maia. Durante o mandato de Cesar Maia (1993 – 1996), uma área dos bairros da Saúde e da Gamboa foi urbanisticamente reclassificada como Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU³⁷, possibilitando o desenvolvimento de projetos específicos de estruturação urbana e se sobrepondo aos impedimentos legais e burocráticos, garantidos pela Lei de SAGAS discutida acima, que bloqueavam a realização de grandes operações imobiliárias.

Em 1995, Cesar Maia lançou o primeiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro que incluía um novo movimento de *reestruturação* da Região Portuária, o *Rio Sempre Rio*³⁸ - que envolveu a Prefeitura, a Associação Comercial do Rio de Janeiro, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Companhia Docas do Rio de Janeiro. Este momento marca oficialmente a aproximação da Prefeitura do Rio de Janeiro com a experiência vivida na cidade de Barcelona, em sua preparação para os Jogos Olímpicos de 1992, com a contratação de consultores, arquitetos e urbanistas, catalães.

Transcrevo um trecho do artigo de Carlos Vainer (2000), fruto de sua experiência como membro do Conselho da Cidade na qualidade de representante do IPPUR/UFRJ.

Dizem do vanguardismo e pioneirismo da cidade, que será a primeira, no Hemisfério Sul, a ter um plano estratégico. É a vez do Dr. Jordi Borja, presidente da empresa consultora Tecnologias Urbanas Barcelona S.A.: retórica erudita de um acadêmico calejado, entremeada de elogios às potencialidades da cidade e ao espírito criativo de seu povo - *Barcelona também é aqui*. O diretor- executivo do PECCRJ traça um quadro da ascensão e declínio do Rio de Janeiro, para concluir ressaltando suas vantagens comparativas nesta era de competição e globalização. (VAINER, 2000, pág. 109)

³⁶ Como será discutido abaixo é com a aprovação do Rio de Janeiro como cidade Olímpica que efetivamente os três níveis de Governo, Federal, Estadual e Municipal, conseguem afinar um diálogo.

³⁷ Segundo o Plano Diretor, a Área de Especial Interesse Urbanístico é uma área submetida a regime urbanístico específico, relativo a implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano e formas de controle que prevalecerão sobre os controles definidos para as Zonas e Subzonas que a contém. A Área de Especial Interesse Urbanístico é aquela destinada a projetos específicos de estruturação ou reestruturação, renovação e revitalização urbana. <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?id=4481643>. Acessado 15/03/2015.

³⁸ Bruna Gomes Leite de Carvalho (2013) trata da política cultural neste Planejamento, em dissertação de mestrado intitulada, “*Rio como fomos: políticas culturais de 2001 a 2012*”. Defendida do âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

No plano *Rio Sempre Rio*³⁹ com inspiração catalã apontava para a instalação de novos equipamentos culturais na Região do Centro, em direção a Praça Mauá, como forma de contribuir para a criação de uma nova dinâmica, já que atrairia para o bairro uma movimentação maior de visitantes⁴⁰, apostando no desenvolvimento do mercado cultural do Rio de Janeiro e o conseqüente aumento de uma imagem positiva interna e externamente⁴¹. No entanto, as medidas de cooperação que estavam sendo geridas foram interrompidas por divergências entre as concepções urbanísticas da Prefeitura e da Companhia Docas que não chegaram a um acordo⁴².

Nesse contexto surgiu então na Região um conjunto de iniciativas do Poder Público voltado para o desenvolvimento de projetos habitacionais, sendo o Projeto Habitacional da Saúde⁴³, concluído em 2001, o mais relevante entre eles por ter criado novas e numerosas habitações. Localizado na parte alta do Morro da Saúde, com edifícios de apartamentos composto por 150 unidades de dois quartos, com 54 m² em média, foi executado pela Secretaria Municipal de Habitação com o financiamento da Caixa Econômica Federal em terreno que pertencia ao Rotary Club. Estas unidades habitacionais foram, em sua maior parte, ocupadas por funcionários públicos com renda familiar em torno de dez salários mínimos, não incluindo o conjunto dos atuais moradores da Região Portuária que, segundo estudo socioeconômico realizado pela Prefeitura (2002), possui renda média de três salários mínimos⁴⁴.

Com o retorno de Cesar Maia para a prefeitura (2001 – 2004) um novo movimento foi feito na tentativa de unificar as propostas de intervenção urbanística para a Região Portuária. Em outubro de 2001 foi divulgado oficialmente o *Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro Porto do Rio*⁴⁵ mobilizando gramáticas que já estavam presentes no primeiro Plano Estratégico da cidade em 1994, mencionado acima, de inserção no “*circuito internacional das cidades*”, com uma política de novos usos e funções, criando um novo sistema viário, alterando a legislação urbanística para a implantação de “projetos especiais”, onde se

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem.* Os equipamentos eram o Centro Cultural dos Correios, o Palácio do Itamaraty e o Centro Cultural Light.

⁴¹ Carvalho (2013) e Guimarães (2011).

⁴² Guimarães (2011).

⁴³ Guimarães (2008).

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ *Idem.*

destacariam as medidas de valorização do *patrimônio cultural*⁴⁶ e de reabilitação de imóveis históricos para usos habitacionais.

César Maia é reeleito para a gestão da Prefeitura (2005 – 2008) dando continuidade a política de reestruturação do *Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro Porto do Rio*. Inspirado em modelos utilizados em outras metrópoles propõe a construção de equipamentos culturais e políticas de identificação de patrimônios culturais, como instrumento para alavancar as transformações urbanas que pretendia. Este plano previa a construção do polêmico e frustrado projeto do Museu Guggenheim⁴⁷, em 2003, idealizado para ocupar o Pêr Mauá como instrumento âncora da reestruturação da Zona Portuária, mas devido às controvérsias sobre sua viabilizada jurídica e social⁴⁸ foi abandonada a proposta em 2005. Mas duas outras grandes obras foram concluídas: a construção da Vila Olímpica da Gamboa⁴⁹, em agosto de 2004 e da Cidade do Samba⁵⁰, em fevereiro de 2006. Além dessas grandes obras o projeto concentrou suas ações em torno da Praça Mauá e Morro da Conceição⁵¹.

Essa eleição do Morro da Conceição como setor prioritário de implantação de políticas de “revitalização urbana” da Zona Portuária era ainda sustentada por diversos mediadores: os urbanistas de outros países que exportavam projetos e métodos de gestão urbana; os agentes locais de turismo, que difundiam as

⁴⁶Rogério Proença Leite (2010) também discute o uso político da cultura no seu artigo, “*A Exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas*”. O autor aponta para a revalorização da cultura e do patrimônio com vistas à adequação das cidades ao contexto de “concorrência intercidades”. “*O enobrecimento por via da requalificação de sítios históricos se dá mediante a instalação de serviços e da promoção de uma oferta extensiva de cultura, lazer e entretenimento para as classes médias e altas*”. (LEITE, 2010, p. 76).

⁴⁷ Amplamente divulgada na mídia sendo o principal investimento que desejavam realizar no âmbito do plano urbanístico *Porto do Rio*. Seria a primeiro filial do museu na América Latina e disputado por quatro Prefeituras brasileiras: Recife, Curitiba, Salvador e Rio de Janeiro. Elas disputavam a instalação do museu por considerá-lo um dinamizador das atividades turísticas, pautados pelas experiências tidas como bem sucedidas de construção do museu nas cidades de Bilbao, Berlim e Veneza. A cidade do Rio de Janeiro ganhou a disputa entre as cidades brasileiras, mas devidos às inúmeras críticas, de setores da sociedade civil, sobre a relação custo benefício o projeto não foi implantado. Guimarães (2011).

⁴⁸ Proibição judicial impedindo que a Prefeitura do Rio de Janeiro continuasse com os planos de implantação da filial do museu. http://www.bbc.co.uk/portuguese/cultura/story/2003/07/030704_krensapfn.shtml. Acessado 15/03/2015.

⁴⁹ Inaugurada em 2004, no bairro da Gamboa, a Vila Olímpica da Gamboa, junto com a Cidade do Samba, é parte do projeto da Prefeitura do Rio para a revitalização da Zona Portuária do Município. Além da estrutura padrão das Vilas Olímpicas municipais (que contam com pista de atletismo, piscina, quadras esportivas e campo de futebol), a vila da Gamboa oferece também uma área para a prática skate, com rampas e obstáculos, e outra, para vôlei de praia. <http://www2.rio.rj.gov.br/smel/VilaGamboa.html>. Acessado 15/03/2015.

⁵⁰ Situada na Zona Portuária, a Cidade do Samba reúne os centros de produção de carros alegóricos e fantasias das maiores Escolas de Samba do Brasil. Este complexo de arte popular e entretenimento foi planejado para que o visitante sinta as emoções do Carnaval durante os 365 dias do ano, vivendo a magia da festa que transforma o Rio de Janeiro na capital mundial da alegria. <http://cidadedosambarj.globo.com/>. Acessado 15/03/2015.

⁵¹ Guimarães (2011).

atrações da cidade e suas “identidades culturais”; os agentes imobiliários, que valorizavam os imóveis onde havia projetos associados à preservação de sítios históricos; e os cineastas, críticos de jornais e especialistas do patrimônio que compartilhavam das sensibilidades desses gestores na procura de uma “cultura popular” tida como genuína e retoricamente percebida como ameaçada de extinção. E era essa rede de relações que movimentava e presentificava determinadas narrativas de tradição e passado, inserindo-as em uma lógica do mercado inerente aos processos de patrimonialização de bens culturais. Pois a divulgação dos projetos do *Porto do Rio* promovia no Morro da Conceição uma junção entre preservação de sítio histórico, valorização imobiliária e desenvolvimento turístico. Mas, para que a “revitalização urbana” fosse potencializada era necessário que seu “patrimônio” representasse uma “cultura autêntica”, já que a noção de turismo era vinculada à construção de complexos exibicionários da diversidade cultural, constituindo-se em uma indústria particular dentro da indústria cultural. Pois, como apontado por diversos pesquisadores, todo projeto turístico buscava oferecer uma experiência diferente da que a pessoa vivenciava em seu cotidiano, experiência que podia estar ancorada nas noções de passado histórico, de culturas populares, regionais e primitivas ou mesmo de culturas empresariais, métodos produtivos e aventuras em paisagens naturais (Gonçalves, 2007a; Kirshenblatt-Gimblett, 1998; MacCannel, 1976). E, no Morro da Conceição, a cultura não apenas eleita como autêntica, mas discursivamente construída como uma totalidade, foi a dos denominados “descendentes de portugueses e espanhóis”. (GUIMARÃES, 2011, pág. 123-124).

1.2 A Operação Urbana Porto Maravilha

No ano de 2009 foi lançado pela prefeitura⁵² um “novo” plano urbanístico para a Zona Portuária, a Operação Urbana Consorciada - Porto Maravilha. O projeto Porto Maravilha é estabelecido por meio de lei municipal complementar n° 101/2009, promulgada em 23 de novembro de 2009, e com autoria assinada pelo Poder Executivo Municipal. O eixo do projeto move-se a partir de um consórcio, nomeado Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico - AEIU da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Simultaneamente a lei de criação da Operação Urbana é promulgada a lei Municipal Complementar n° 102/2009, instituidora da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), gestora dessa Área de Especial Interesse Urbano, responsável numa esfera mais ampla, por articular as conexões entre a Prefeitura, demais órgãos públicos e as Parcerias Público Privadas (PPPs), cujo maior expoente é o Consórcio Porto Novo, formado pelas empreiteiras Norberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, escolhido vencedor da primeira PPP da cidade.

⁵² *Idem.*

A aprovação do Rio de Janeiro como sede da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 criou o cenário para a Prefeitura do Rio de Janeiro afinar o diálogo com o Governo Federal e Estadual, em que os discursos articuladas em outras experiências ao redor do mundo, da *sensação de crise urbana*⁵³, *perda de oportunidade*⁵⁴ e necessidade de *modernização*⁵⁵ das metrópoles, encontrou condições políticas favoráveis.

Nesse modelo neoliberal, os grandes projetos arquitetônicos e eventos esportivos internacionais representam uma oportunidade privilegiada para acirrar a competição e aquecer o mercado urbano. Mas como se tentou justificar essa verdadeira obsessão, desde o início dos anos 1990, da Prefeitura do Rio de Janeiro em sediar um megaevento esportivo na cidade? A resposta pode ser encontrada na retórica de consenso ligada a esse paradigma empresarial, na qual os megaeventos passaram a ser vistos como um meio para se atingir transformações positivas nas cidades que os sediam, sobretudo as Olimpíadas, dado o seu maior impacto sobre o tecido urbano. Estas transformações, traduzidas pelo conceito de ‘legado social’, poderiam se repercutir em diferentes aspectos, tais como na recuperação de áreas degradadas, na melhoria da estrutura viária e do transporte público, na geração de empregos e na atração de capitais proporcionada pela exposição mundial da cidade-sede. “A oportunidade de apresentar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos na América do Sul é histórica e única”, já anunciava o Presidente da República, o Governador do Estado, o Prefeito e o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, em carta ao Presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI) Jacques Rodrigues, contida no dossiê da candidatura do Rio de Janeiro (BRASIL, 2009). (FREIRE, 2013, pág. 102).

Esta Operação Urbana⁵⁶ manipula a retórica de um suposto desgaste das relações urbanas⁵⁷, incluindo tanto a infraestrutura quanto o uso dos espaços públicos, propondo *revitalizar*⁵⁸ a área, projetando-a como mais um pólo turístico⁵⁹ da cidade⁶⁰,

⁵³ Carlos Vainer (2000), Castells & Borja (1996)

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ Carlos Vainer (2000), Castells & Borja (1996) e Guimarães (2011).

⁵⁶ A Operação Urbana - Porto Maravilha, criada pela Lei Complementar 101/2009, que tem o discurso de “*revitalizar*” a região portuária do Rio de Janeiro e “*reintegrá-la*” à cidade. Criou o Programa Porto Maravilha Cultural no ano de 2010. As principais linhas de ação do programa: Preservação e valorização da memória e das manifestações culturais; Valorização do patrimônio cultural imaterial; Produção e difusão de conhecimento sobre a memória da região; Recuperação e restauro material do patrimônio artístico e arquitetônico; Exploração econômica dos patrimônios material e imaterial, respeitados os princípios de integridade, sustentabilidade, inclusão e desenvolvimento social; Pesquisa e formação, incluindo a produção de publicações sobre o Patrimônio Material e Imaterial da Região Portuária. http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx. Acesso 15/03/2014

⁵⁷ Silvana Rubino (2009) considera que “o que esta em jogo com as áreas centrais é o monopólio da violência simbólica, que grupos cabem decidir o que fazer com elas, dizer o que elas são ao se construir pretensas vocações (essa, uma palavra comum ao léxico dos urbanistas)”. (2009, pág. 36).

⁵⁸ Paulo Peixoto (2009), ao problematizar em seu texto “*Requalificação urbana*” o uso dos termos reabilitação, requalificação, renovação, regeneração, revitalização, preservação, entre outros, enfatiza que são imagens construídas pelo Poder Público. Tanto a imagem de “área degradada”, como o seu potencial para ser “revitalizado” com novos usos “globais”.

na qual prevê reencontro⁶¹ da Região Portuária com a cidade a partir da requalificação de 5 milhões de metros quadrados, no quadrilátero entre as avenidas Rio Branco, Presidente Vargas, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves, nos bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, morros do Pinto, Conceição, Providência e Livramento e parte do Caju, São Cristóvão, Cidade Nova e Centro⁶².

O projeto, em desenvolvimento, prevê a ampliação da estrutura viária – com a criação de novas vias e túneis de acesso e a reurbanização de 70 km de vias já existentes –, a modernização de toda a infraestrutura urbana, o aumento de 50% na capacidade de fluxo de tráfego na Região e o aumento da população de 22 mil para 100 mil habitantes em 10 anos. Prevê também dois museus monumentais: MAR – Museu de Arte do Rio de Janeiro, inaugurado em 2013, e o Museu do Amanhã, ainda em construção, as âncoras do Projeto; requalificação da Praça Mauá; dar continuidade a reurbanização do Morro da Conceição e do bairro da Saúde, iniciadas no Plano anterior; calçamento e iluminação pública, drenagem e arborização de eixos viários; implantação do eixo inicial do Binário do Porto; reforma da Igreja do Largo São Francisco da Prainha, erguida em 1696, e do edifício A Noite construído nos anos de 1930; demolição de 4km do Viaduto da Perimetral (já concluída), sobre a Av. Rodrigues Alves.; construção do aquário AquaRio e do novo prédio do Banco Central do Brasil no bairro Gamboa, entre outras obras.

Nesse conjunto de obras⁶³, talvez a mais problematizada⁶⁴ entre arquitetos urbanistas e a população tenha sido a demolição do Elevado da Perimetral. Os contrários argumentavam com a retórica do desperdício de dinheiro público, os favoráveis com a retórica paisagística e valorização do patrimônio edificado e cultural escondido pela sobra do viaduto, que também impedia a visão da Baía de Guanabara.

⁵⁹De acordo com Vassolo (2012) “*O processo de modernização põe em prática uma série de dinâmicas patrimonializantes nas quais certos locais e práticas são alçados categoria de patrimônio histórico e cultural e torna-se alvo de roteiros turísticos*”. (2012, p. 2)

⁶⁰Essa matéria traz uma fala do prefeito Eduardo Paes, que revela o seu objetivo de tornar a Região “mais desejada pelo turista”. <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0981/noticias/quero-ser-barcelona?page=2>. Acesso 15/03/2014.

⁶¹Termo utilizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>. Acesso 15/03/2014

⁶²*Idem*.

⁶³Apesar de não fazer parte das obras do Projeto Porto Maravilha não podemos perder de vista outras ações da Prefeitura realizadas na Zona Portuária, mais precisamente no Morro da Providência, a implantação da UPP-Providência ligada à política de Segurança de Pública e a instalação do Teleférico, ligado a Secretaria de Transporte.

⁶⁴<http://oglobo.globo.com/rio/urbanistas-apostam-em-revolucao-paisagistica-cultural-apos-derrubada-da-perimetral>. E <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rio-mp-pede-paralisacao-de-demolicao-do-elevado-da-perimetral> Acesso 16/03/2015.

Considerada pelo Poder Público como emblemática para a paisagem local e essencial para resolver problema de trânsito e de uma suposta degradação da Região.

A perspectiva de remover o Elevado da Perimetral, chave do novo sistema viário do Porto Maravilha, acaba com a imagem de passagem da Região Portuária. O viaduto contribuiu para a degradação da área, do patrimônio público e privado, e para o esvaziamento da região, que tem a menor densidade populacional do município. A retomada do interesse pelo entorno, com a substituição do elevado, abre caminho para o resgate do patrimônio histórico e arqueológico da área e da qualidade de vida dos moradores. Consequentemente, da cidade. As razões para a substituição de elevados em todo o mundo variam entre o alto custo para manter estruturas gigantescas e projetos de revitalização para recuperar áreas degradadas pela instalação desses viadutos. O estudo do ITDP aponta que elevados são soluções ultrapassadas e caras. Um dos exemplos da pesquisa é o caso de São Francisco, na Califórnia, que substituiu viaduto de 2,6 Km da região portuária durante revitalização. Hoje, passada a polêmica, muito similar à do Rio de Janeiro, o local conhecido como Embarcadero, em frente ao Cais do Porto, é um dos pontos turísticos da cidade mais visitados. Seul, na Coreia do Sul, substituiu estrutura de 9,4 Km. Naquele ponto, a cidade havia perdido quase metade dos moradores, tamanha a degradação gerada pelo viaduto. A conclusão é a de que aquela não era uma boa solução para o trânsito ou para os bairros. O ITDP conclui que preocupações socioambientais dominam a maior parte dessas iniciativas que reveem o entendimento a respeito da mobilidade urbana sob a ótica da sustentabilidade. (SITE PORTO MARAVILHA)⁶⁵

A Prefeitura propôs como alternativa a construção de duas novas grandes vias paralelas que ligam a Ponte Rio-Niterói e a Avenida Brasil à Rua Primeiro de Março: Avenida Rodrigues Alves que fica embaixo do viaduto do Elevado da Perimetral, será transformada em rodovia, na Via Expressa, se aproveitando de grande trecho do traçado da Avenida Rodrigues Alves, da Avenida Rio de Janeiro até o Armazém 8, com 1.600 metros. A partir desse ponto, ela segue como Túnel da Via Expressa, com 2.010 metros de extensão até a Candelária. A via terá três faixas de rolamento nos dois sentidos em toda a sua extensão. A partir da Candelária até a entrada do aeroporto, o túnel terá outros 1.440 metros⁶⁶. Somando os dois trechos (2.010 e 1.440), a Região terá o maior túnel urbano do País, com 3.450 metros. A derrubada da Perimetral já foi concluída, mas ainda estão retirando destroços e os túneis estão com 80% perfurados.

⁶⁵<http://portomaravilha.com.br/web/sup/serObrMapaPer.aspx>. Acesso 16/03/2015.

⁶⁶ Como esse trecho fica fora da área do Porto Maravilha, a obra será executada sob a responsabilidade direta da Prefeitura do Rio.



Fotografia 3: Na primeira foto o Viaduto Elevado da Perimetral ainda existia. Na segunda foto o Viaduto já foi demolido. Na primeira foto, na parte superior à direita os edifícios pequenos ao fundo correspondem ao Museu de Arte do Rio – MAR. Os mesmos aparecem na segunda foto na parte superior à esquerda. Ainda nesta foto temos obras do Museu do Amanhã, no Píer Mauá e a Praça Mauá ao centro.

Fonte: <http://www.portomaravilha.com.br/>. Acesso 20/06/2015.

O Prefeito Eduardo Paes⁶⁷ comparou a demolição do Elevado da Perimetral à queda do Muro de Berlim, que reunificou a Alemanha.

"A Perimetral era como o Muro de Berlim, que separava a cidade da sua razão de existir que é a Baía de Guanabara". "Foi ali no porto que o Rio de Janeiro começou, o encontro da cidade com a sua história. As pessoas estão entendendo que essas obras (de revitalização da Zona Portuária) são para melhorar a cidade, para reencontrar a história do Rio". (JORNAL O DIA, 05/12/2014).

Em cima da parte do Túnel da Via Expressa, do Armazém 8 até a Praça Quinze esta em construção o Passeio Público – “Boulevard”, transformando-a em um grande passeio público arborizado, valorizando a passagem de pedestres e, em alguns trechos, abrigando a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), interligando os principais modais de transporte (estações de ônibus, teleférico da Providência, trens, metrô, barcas

⁶⁷<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-05/eduardo-paes-compara-derrubada-da-perimetral-a-queda-do-muro-de-berlim.html>. Acesso 16/03/2015.

e aeroporto). Neste trecho será possível aos visitantes caminhar da Praça XI até ao futuro Aquário do Rio de Janeiro – AquaRio, em construção no antigo armazém da Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, próximo ao armazém 8, no bairro Gamboa.

O fim da barreira de concreto, de quase cinco quilômetros de extensão, vai integrar museus e centros culturais, resgatar cenários históricos da cidade, como o da Praça Quinze quando da chegada da Família Real Portuguesa, além de devolver a vista para a Baía de Guanabara que estava encoberta. À medida que as obras avancem e os escombros sejam retirados, um Rio novo vai emergir como se saído, em parte, de uma antiga fotografia. A Zona Portuária é uma das áreas mais remotas da cidade. (JORNAL O GLOBO, 26/11/2013).⁶⁸

A Via Binário do Porto, paralela à Avenida Rodrigues Alves, com seus 3,5 Km será responsável pela distribuição interna dos veículos nos bairros da Região Portuária e terá dois túneis - da Saúde, com 80 metros de extensão, sob o Morro da Saúde - e do Binário, com 1.480 metros, que começa na Rua Primeiro de Março, passa sob o Morro de São Bento e emerge na Rua Antônio Lage, inaugurado no aniversário de 450 anos da cidade, 01/03/2015, batizado de Túnel Rio450.

Ao lado da fala do Prefeito Eduardo Paes na citação acima e da matéria do O GLOBO, podemos colocar a do Presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, Washington Fajardo, também publicada no Jornal O GLOBO (05/11/2013), intitulada *Via Binário revela construções do Rio antigo*⁶⁹. Fajardo compara o impacto urbanístico da abertura da Via Binário ao da construção da Avenida Central, atual Rio Branco, início do século XX e conclui: “*Vai permitir a redescoberta de um patrimônio da cidade que as pessoas não viam*”.

Para Margareth Luz Coelho (2008), em sua tese de doutoramento defendida no âmbito do PPGA/UFF, em que realizou uma etnografia sobre a narrativa que transformou em patrimônio cultural⁷⁰ o Circuito Niemeyer na cidade de Niterói, no Grande Rio de Janeiro, esses discursos referem-se à possibilidade de usos do patrimônio por meio do termo recurso⁷¹, o qual é articulado para a “*formulação de projetos de desenvolvimento cultural, renovação urbana e valorização da identidade municipal*” (COELHO, 2008, pág. 145). Como bem descreveu Oflia Arantes (2000) eles são

⁶⁸<http://oglobo.globo.com/rio/urbanistas-apostam-em-revolucao-paisagistica-cultural-apos-derrubada-da-perimetral>. Acesso 16/03/2015.

⁶⁹<http://oglobo.globo.com/rio/via-binario-revela-construcoes-do-rio-antigo-10687119>. Acesso 16/03/2015.

⁷⁰ Gonçalves (2012).

⁷¹ Tendo por referência os trabalhos de George Yúdice (2004).

utilizados como instrumentos para facilitar a construção de consensos junto à população justificando as intervenções urbanas; fomentando o turismo através de sua visitação; mobilizado em torno de questões de cidadania⁷², como na elevação da autoestima da população ao experimentar uma narrativa de preservação de seu passado e da sua imagem⁷³.

Esta perspectiva interpretativa utilizada por Coelho (2008) é útil para pensarmos a elaboração desta nova narrativa sobre a Zona Portuária, capitaneada pelo Poder Público, como berço cultural da cidade e local de origem da identidade carioca, com propósito de reorganizar⁷⁴ a memória social da história da cidade, que se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais ou institucionais como o do Prefeito, dos moradores ou da mídia, servido para justificar que as obras são, também, para as pessoas reencontrarem a história do Rio de Janeiro e a sua própria.

Entre as diversas diretrizes previstas no *Plano Estratégico da Prefeitura 2013/2016*, “*Pós 2016 o Rio mais integrado e competitivo*”, nosso interesse recai sobre as diretrizes que deseja transformar a Zona Portuária em Polo Cultural da Cidade, com a retórica da notória vocação cultural⁷⁵ da Região que nasceu o samba, com manifestações artísticas de todo tipo, sendo marco da ‘identidade desses bairros’⁷⁶.

- Fortalecer a Região Central da cidade como referência cultural do País através da revitalização patrimonial, requalificação urbana e promoção da diversidade, adotando um paradigma de manutenção permanente do equipamento cultural;
- Ampliar o acesso da população aos mais variados tipos de bens e valores culturais através da expansão da estrutura pública de equipamentos e atividades culturais, adotando o conceito de “acesso encontro”, com o objetivo de promover integração e aumentar a sensação de pertencimento por parte da população; e,
- Fortalecer a Região Portuária da cidade como polo cultural, valorizando seu forte conteúdo simbólico – histórico, social e cultural – com iniciativas públicas ou privadas. (Plano Estratégico da Prefeitura 2013/2016, “Pós 2016 o Rio mais integrado e competitivo, 2013, pág. 197)

⁷² No terceiro Capítulo será analisado um caso em que aparece outra possibilidade para uso do patrimônio como fomento a cidadania, a Educação.

⁷³ Coelho (2008).

⁷⁴ Portelli (2000).

⁷⁵ A Região abriga “*o mais antigo monumento vinculado a história do samba carioca*”, a Pedra do Sal, o tombado como patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro, na década de 1980, no Morro da Conceição, Guimarães (2007). Ver também o livro *Tia Ciata e a Pequena África*, de Roberto Moura (2005), se propõe a narrar as formas de sociabilidade afro-brasileiras existentes na Região Portuária e na Cidade Nova em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, quando a grande concentração de negros fez com que a localidade fosse comumente chamada de “Pequena África” brasileira. O autor descreve os cortiços, as revoltas populares urbanas, as festas, o maxixe, as rodas de samba, os ranchos carnavalescos e os cultos de candomblé que ali ocorriam. Menciona a importância da Pedra do Sal nestas celebrações, bem como de figuras como Tia Ciata, João Alabá, Donga, João da Baiana, Heitor dos Prazeres e Pixinguinha.

⁷⁶ http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx. Acesso 15/03/2014

Para atender estes desafios a CDURP, responsável pelo Projeto Porto Maravilha, criou o Programa Porto Maravilha Cultural⁷⁷. As principais linhas de ação do programa são: Preservação e valorização da memória e das manifestações culturais; Valorização do patrimônio cultural imaterial; Produção e difusão de conhecimento sobre a memória da região; Recuperação e restauro material do patrimônio artístico e arquitetônico; Exploração econômica dos patrimônios material e imaterial, respeitados os princípios de integridade, sustentabilidade, inclusão e desenvolvimento social; Pesquisa e formação, incluindo a produção de publicações sobre o Patrimônio Material e Imaterial da Região Portuária.

O Programa Porto Maravilha Cultural realizou obras de restauração de espaços como os Galpões Gamboa⁷⁸, construídos no fim do século XIX para armazenar mercadorias transportadas que chegavam de trem ou de navio. Mas foram desativados na década de 1980, após o uso de novas tecnologias como o uso de containers e outras tecnologias nos Portos⁷⁹.

Sociedade Dramática Filhos de Talma, fundado em 1879, foi o terceiro teatro da cidade (surgiu após o São Pedro e o Carolina) e funcionou regularmente até meados da década de 80, colecionando histórias de pioneirismo e vanguarda. O nome do grupo é homenagem dos fundadores brasileiros e portugueses a François Joseph Talma, dramaturgo francês amigo de Napoleão Bonaparte que revolucionou o teatro europeu. À época, era proibida a formação de clubes, daí o uso da expressão "particular". Uma década depois, em 1898, o Club de Regatas Vasco da Gama nasceu em reuniões promovidas por jovens atletas de remo nos salões do Talma. Palco também dos primeiros ensaios da Jovem Guarda nos anos 60, recebeu e consagrou nomes como Roberto Carlos, Wanderléa, Dercy Gonçalves, Golden Boys e a Orquestra de Ed Lincoln dentre outros⁸⁰.

Igreja Nossa Senhora da Saúde, construída em 1742 no pequeno Morro da Saúde, acompanhou evolução urbanística e histórica da cidade e da Região Portuária. A Capela da Saúde foi construída por Manoel da Costa Negreiros, conhecido traficante de

⁷⁷ *Idem.*

⁷⁸ <http://www.amantesdaferrovia.com.br/profiles/blogs/esta-o-maritima-e-galp-es-s-o-restaurados-com-vag-es-do-cruzeiro>. Acesso 21/05/2015.

⁷⁹ Guimarães (2011).

⁸⁰ <http://portomaravilha.com.br/materias/prefeitura-rio-devolve/p-r-d.aspx>. Acesso 21/05/2015.

escravos. Em 1898, após a fundação da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, deixou de ser propriedade particular. Ficou 40 anos fechada, até 2003, quando foi restaurada⁸¹.

Igreja de São Francisco da Prainha construída em 1696 pelo Padre Francisco da Motta e doada em testamento para a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência em 1704, a igreja é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) como monumento artístico⁸². E o Centro Cultural José Bonifácio⁸³, no bairro Gamboa, na Rua Pedro Ernesto, 80, foi inaugurado em 1877 por Dom Pedro II em homenagem ao patriarca da Independência como o primeiro colégio público da América do Sul. Hoje, também conhecido como Centro de Memória e Documentação Brasileira, é sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira, único no gênero na América Latina.

Além das reformas arquitetônicas, a CDURP/Prefeitura lançou um Edital Público⁸⁴, em 28/06/2013, por pressão de grupos artístico-culturais da Região – 1º Prêmio Porto Maravilha Cultural, criado pelo Programa Porto Maravilha Cultural, com investimento de R\$3,8 milhões, premiou 34 participantes, sendo 21 projetos de Pessoa Jurídica e 13 de Pessoa Física para serem desenvolvidos no ano de 2014.

Simultaneamente a política de ‘fazer a cidade’, com a gramática de instrumentalização da cultura, pelo Poder Público Executivo Municipal, surgem outros atores também com ações *culturalistas*. Este é o caso da Lei Complementar n.º 102/2009, que recebeu 29 ementas parlamentares, sendo que para nossa pesquisa interessa a Lei formulada pelo Vereador Paulo Messina (PSD). Este vereador propôs ementa que determina que pelo menos 3% das receitas das CEPACs seja direcionada para a recuperação do patrimônio histórico e cultural, na qual determina que a Prefeitura recupere os pontos históricos localizados na Região. O parlamentar explicou o seu objetivo: *"A intenção é renovar o patrimônio material para valorizar o imaterial. A região do porto foi palco de diversos marcos históricos, Revolta da Vacina, chegada da corte portuguesa"*.⁸⁵

De acordo com a matéria *Porto Maravilha: emenda de Messina Criará Circuito Histórico Cultural na região*, Site do Paulo Messina⁸⁶,

⁸¹ <http://portomaravilha.com.br/materias/igrejas/i10.aspx>. Acesso 21/05/2015.

⁸² http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/igreja_sao_francisco.aspx. Acesso 21/05/2015.

⁸³ <http://portomaravilha.com.br/conteudo/ccjb.aspx>. Acesso 21/05/2015.

⁸⁴ <http://portomaravilha.com.br/materias/prefeitura-premia-34/p-p-34-sala.aspx>. Acesso 16/03/2015.

⁸⁵ Lei canalizará receita de títulos mobiliários para as obras no Porto, visitado em 09/12/2014. Jornal do Brasil, 30/10/2009.

⁸⁶ <http://www.messina.com.br/noticia/noticia.php?id=55>. 30/09/2009. Visitado em 09/12/2014.

A proposta é organizar e manter vivo o patrimônio imaterial da região. A história da Zona Portuária precisa ser preservada [...] A gente sabe que a área é muito importante historicamente na cidade. Foi onde houve a Revolta da Vacina e onde nasceu o samba. Então, por que não um grande museu a céu aberto? A história da Zona Portuária precisa ser preservada explica Messina [...] O vereador citou o exemplo da cidade de Olinda, em Pernambuco, para ilustrar o que pretende com a criação do Circuito Histórico na Zona Portuária. Segundo ele, caso a emenda seja aprovada, haverá a instalação de placas para sinalizar os locais históricos e, ainda, a capacitação de guias turísticos para orientarem quem percorrer a parte histórica da Zona Portuária, como já acontece na cidade pernambucana.

A Lei Complementar, n.º 102, já dispunha de um artigo considerando a utilização de recursos advindos das CEPACs para a recuperação e valorização do patrimônio. Mas com a aprovação da emenda do Vereador Paulo Messina (PSD) passa a contar com um percentual mínimo e obrigatório a ser aplicado para tal finalidade.

A emenda institui a criação de Circuito Histórico Cultural, no qual deverá ser realizado um roteiro turístico com guia histórico. Além disso, determina a criação de um calendário cultural para a Região e a construção de um espaço físico destinado à comunidade para a prática de atividades culturais diversas. *O Circuito*, inaugurado no ano de 2012, foi objeto de estudo etnográfico de Simone Pondé Vassollo (2012).

Vassollo (2012), em seu artigo, “*Desenterrando memórias: uma análise das disputas em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro*” analisa o processo de construção do *Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana na Zona Portuária do Rio de Janeiro* – compreendido por seis (06) pontos, sendo eles: a *Pedra do Sal*⁸⁷, local onde o sal era descarregado por africanos ou descendentes escravizados que trabalhavam como carregadores nos cais de atracação e trapiches. Nesta pedra há degraus escavados pelos fundadores dos primeiros ranchos carnavalescos, afoxés e pontos ritualísticos na segunda metade do século XIX. Após o trabalho, sambistas estivadores se reuniam para as rodas de samba nas casas das tias baianas. Localizada no Morro da Conceição.

O *Cais do Valongo*⁸⁸ localizado na Avenida Barão de Tefé, bairro Saúde, redescoberto, em meio às obras do Porto Maravilha, é considerado o principal ponto de chegada dos africanos para serem comercializados como escravos no Brasil. O *Jardim do Valongo*⁸⁹ construído como parte do plano de remodelação e embelezamento da cidade pelo prefeito Pereira Passos, projetado pelo arquiteto Luis Rey, inaugurado em

⁸⁷ <http://portomaravilha.com.br>. Acesso 21/05/2015

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ *Idem*.

1906. Ali foram acolhidas quatro estátuas de mármore carrara- Marte, Ceres, Vênus e Juno.

O *Largo do Depósito*⁹⁰, onde hoje se encontra a Praça dos Estivadores, era onde se concentravam os armazéns dos “negociantes de grosso trato” que controlavam o mercado negreiro, extinto em 1831. O *Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos - IPN*⁹¹ é sítio arqueológico de um cemitério escravos que funcionou até meados do século XIX, descoberto em 1996, quando moradores faziam sondagem de solo para obras. E o por último o *Centro Cultural José Bonifácio*⁹².

Vassollo (2012) centrou sua atenção mais especificamente ao sítio arqueológico Cais do Valongo escavado em 2011, identificando um processo de ressignificação da Zona Portuária, destacando a sua dimensão afrodescendente e os sítios arqueológicos a ele relacionados. Mas salienta que os novos significados que a Zona Portuária adquire não emergem espontaneamente, são fruto de uma construção social progressiva e historicamente situada, numa disputa que envolve diversos agentes, desde pesquisadores e políticos, moradores e mães de santo, grupos culturais da Região e grupos dentro do Movimento Negro.

Em pesquisas anteriores Roberta Sampaio Guimarães (2007) já havia observado aspectos que evidenciavam a emergência de discursos culturais afrodescendentes nas disputas fundiárias, além do pleito do Quilombo da Pedra do Sal, três ocupações realizadas por “moradores sem-tetos”, traziam em seus nomes claras referências ao movimento abolicionista brasileiro. Ainda de acordo com Guimarães (2007) a primeira é a *Ocupação Chiquinha Gonzaga* (julho de 2004) foi iniciada por cerca de 40 famílias que se apossaram de um prédio na Rua Barão de São Felix pertencente ao INCRA e que se encontrava vazio há mais de 20 anos. A segunda é *Ocupação Zumbi dos Palmares* (abril de 2005), composta por cerca de 120 famílias que tomaram posse de um edifício abandonado há mais de 30 anos na Avenida Venezuela e pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. E por fim surgiu a *Ocupação Quilombo das Guerreiras* (outubro de 2006), formada por cerca de 100 famílias que se apossaram de em um prédio da Companhia Docas vazio há mais de 15 anos e localizado na Avenida Francisco Bicalho.

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ <http://www.pretosnovos.com.br/>. Acesso 21/05/2015

⁹² Ver nota 102.

Vassollo (2012) destaca como componente importante desse processo a divulgação ao público do inventário, em abril de 2012, realizado pelo antropólogo Milton Guran e as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, todos da UFF.

Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil, contendo o levantamento dos 100 lugares mais relevantes relacionados à escravidão dos africanos no Brasil. Dentre os locais inventariados consta o Complexo do Valongo, que inclui “o Cais e o Mercado do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, a Casa de Zungus e Residência de africanos com culto” (Mattos, H.; Abreu, M.; Guran, M., 2012). O trabalho integra a pesquisa “Rota do escravo: resistência, herança e liberdade”, promovida pela Unesco em vários países. De acordo com Milton Guran, a inclusão do Complexo do Valongo se deu por sugestão do historiador Cláudio Honorato, que colaborou com o projeto. Por ocasião da sua divulgação, Milton Guran declarou publicamente que, dentre os locais inventariados, considerava o Complexo do Valongo o mais relevante de todo o Brasil. A prefeitura tem a intenção de solicitar à UNESCO que o Cais do Valongo seja reconhecido como Patrimônio da Humanidade. (VASSOLLO, 2012, pág. 25).

Atualmente está em processo de elaboração o dossiê para a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio Cultural da Humanidade. O processo é minucioso e seu desfecho é aguardado para o primeiro trimestre de 2016, após ser analisado pela Unesco. O primeiro passo foi dado em janeiro deste ano, quando houve a aceitação da proposta de candidatura.

Presidente do Instituto Rio Patrimônio Histórico (IRPH), Washington Fajardo ressaltou a importância em se manter viva a história de uma região marcada pela cultura negra. "A prefeitura sabe que precisa revitalizar a região sem deixar de olhar para a herança daquele espaço. E vem trabalhando desta maneira. Hoje o Porto do Rio, há muito tempo abandonado, tem a felicidade de lutar por um Patrimônio da Humanidade", frisa. (SITE PORTO MARAVILHA, 2014).

No âmbito da divulgação do Projeto *Porto do Rio*, lançado no ano de 2001, descrito no primeiro tópico deste capítulo, a partir da análise realizada por Roberta Guimarães (2011), a narrativa elaborada promovia no Morro da Conceição – área tida como prioritária das intervenções urbanas na época - uma junção entre preservação de sítio histórico, valorização imobiliária e desenvolvimento turístico, e a cultura não apenas eleita como autêntica, mas discursivamente construída como uma totalidade foi a dos denominados “*descendentes de portugueses e espanhóis*”⁹³.

⁹³Guimarães (2011).

Entretanto como podemos observar pela descrição do cenário do Projeto *Porto Maravilha*, lançado no ano de 2009 – com área para intervenções urbana maior que o Projeto anterior, englobando os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo e os Morros Livramento, Conceição e Providência – ganha destaque uma dimensão afrodescendente⁹⁴ para a Zona Portuária que, parece se sobressair em relação à narrativa que privilegiava a retórica única dos denominados “*descendentes de portugueses e espanhóis*”.

Esta instrumentalização da categoria cultura na elaboração de uma narrativa, capitaneada pelo Poder Público, que busca valorizar econômica e simbolicamente estes bairros, com instalação de grandes equipamentos culturais e políticas de patrimônio cultural, situa-se em um contexto em que a categoria cultura tornou-se um *idioma comum*. Neste contexto é mobilizada como argumento que facilitaria a formação de “consenso cívico” possibilitando um cenário de paz social para a execução das grandes intervenções urbanas⁹⁵ articuladas com o Planejamento Estratégico inspirado na gestão empresarial, em que a administração das metrópoles torna-se local de expansão do capital imobiliário⁹⁶.

Entretanto este cenário não seria possível ou pelo menos teria outra configuração se outros setores e atores da sociedade não compartilhassem em alguma medida do *sistema simbólico*⁹⁷ em que a categoria cultura transformou-se em um *idioma comum* utilizado pelas pessoas e instituições, cada qual a seu modo, em suas reivindicações de direitos étnicos, identidades relacionais, políticas educacionais, reparação por danos políticos, valorização econômica e simbólica dos bairros, mercado do turismo cultural, preservação de memória e história, entre outros.

Neste sentido é um contexto sociocultural que possibilita ao Poder Público articular *discursos culturalizantes*, na sua intencionalidade de ‘fazer cidade’. Mas também um vereador, como o Paulo Messina, propor através de uma Ementa

⁹⁴Vassollo (2012). Para uma perspectiva de análise dos processos que contribuíram para o destaque da dimensão afro descendente ver também outro artigo de Vassollo (2014) intitulado “*Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000)*” aprofundando suas reflexões sobre a Região, concentrando-se em dois momentos que considera relevantes, os anos 1980 e os anos 2000, através da análise de quatro acontecimentos: nos anos 1980, a publicação do livro Tia Ciata e a Pequena África e o tombamento da Pedra do Sal; nos anos 2000, a reivindicação étnico-territorial do Quilombo da Pedra do Sal e a criação do Circuito Histórico e Antropológico de Celebração da Herança Africana.

⁹⁵Vainer (2000), Cunha (2013), Correia (2013).

⁹⁶Freire (2013), Vainer (2000).

⁹⁷ Geertz (1986).

parlamentar a criação do *Circuito da Herança Africana*⁹⁸ e destinação de um percentual mínimo para investimento em atividades culturais da Região e preservação do patrimônio histórico. Os pesquisadores, que realizaram o “*Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*”, o antropólogo Milton Guran e as historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu, estimularem a candidatura do Cais a Patrimônio da Humanidade. Ou, o pleito por direitos baseado em uma reivindicação étnico-territorial do Quilombo da Pedra do Sal, cuja certificação de comunidade remanescente de quilombo foi concedida pela Fundação Palmares em 2005; o Museu de Arte do Rio, percebido como alavanca da reestruturação urbana. Além dos cineastas, jornalistas, urbanistas, moradores, artistas, membros de religiões de matriz africana, instituições e grupos culturais da Região e setores do Movimento Negro, guias turísticos, e assim por diante. Não menos importantes são as pessoas ‘de fora’ que se deslocam de outras Regiões da cidade para formar o público consumidor desses ‘serviços culturais’ testemunhos das *boas novas*, dos bairros culturais. Todos estes atores são de algum modo mobilizadores e mobilizados pela *narrativa de bairros culturais*.

Neste sentido os próximos dois capítulos se estruturam em torno de alguns destes outros atores que a seus modos articulam *discursos culturalizantes* para agir ‘neste mundo’. O primeiro, inspirado na ideia de Wilhelm Schapp⁹⁹ de que as histórias, ou narrativas, *mobilizam as pessoas*, trataremos da reconstrução das trajetórias de três personagens *guias*, entre os vários protagonistas das atividades culturais na Região, buscando descrever a forma como experimentam esse processo de elaboração desta ‘*narrativa cultural*’, entremeados na confecção da cidade ou ‘nas artes de fazer o bairro’ como sugere uma matéria publicada no Jornal O Globo, 07/07/2014, intitulada *Com programação comandada por moradores, pracinha na Zona Portuária vira point de festas Região, na Gamboa*,

Uma pracinha com coreto, clima de interior e cercada de prédios antigos bem no Centro do Rio. Parece imaginação ou coisa dos tempos da vovó. Mas esse lugar existe, sim, e se chama Praça da Harmonia (ou, oficialmente, Praça Coronel Assunção), na Gamboa. No boca a boca, esse pedaço da Zona Portuária vem despertando a atenção dos cariocas pelas festas e movimentos

⁹⁸Uma demanda que vai de encontro a desejos de setores do Movimento Negro e pesquisadores como a Tania Lima, arqueóloga responsável pelas obras do Cais do Valongo e o historiador Carlos Eugênio UFBA, que desde a descoberta das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos, em 1996, tentaram apoio da Prefeitura para fazer novas escavações na Região. O capítulo III é dedicado a descoberta deste cemitério.

⁹⁹Conforme discutido por Mello & Vogel (2000) no artigo *Verdade e Narrativa: A filosofia das Histórias e a contribuição de Wilhelm Schapp para a questão da narrativa e fundamentação de direitos*.

culturais que passou a abrigar. Nada parecido com o que rola na Praça Mauá: lá, não há bares badalados e a programação é comandada por moradores, no maior clima de família. (O GLOBO, 07/07/2014)

O último capítulo se estrutura em torno da descoberta de um cemitério de escravos que funcionou entre o fim do século XVIII e início do século XIX, realizada por uma família ao iniciarem a reforma de sua moradia, nos anos 1996. O cemitério virou sítio arqueológico, uma associação cultural foi criada para sua preservação e publicitação, virou espaço de manifestações culturais de matriz afrodescendente, transformando-o discursivamente em Patrimônio Cultural, embora sua *função* ou *uso* tenha sido sempre alvo de debates. Na narrativa em elaboração onde os bairros portuários são representados como território afrodescendente, o cemitério torna-se um dos pilares que sustentam essa invenção da tradição cultural afrodescendente, nos termos de Sahlins (1997).

Capítulo II

Entremeados na narrativa do porto: os bairros e os atores em transformação

Para quem segue caminhando no centro do Rio de Janeiro, em direção ao final da Avenida Rio Branco, se deparará com a Praça Mauá. Dobrando a esquerda seguindo por um pequeno trecho da Avenida Venezuela, passando pelo Museu de Arte do Rio de Janeiro – MAR, inaugurado em 2013, e pelo Restaurante Gracioso, encontrará a esquerda, a Rua Sacadura Cabral. Logo em seguida o Largo São Francisco da Prainha, denominado por seus usuários apenas como Largo da Prainha. Este era de formato triangular e delimitado pelos cruzamentos da Rua Sacadura Cabral com a Rua São Francisco da Prainha e o Beco João Ignácio. Seu espaço era demarcado por um calçamento de paralelepípedo elevado um palmo acima do nível do chão, onde se encontravam dispostos um jarrão com plantas, bancos de madeira, árvores, postes e dois conjuntos de mesas em cimento com tabuleiros pintados e banquetas também de cimento.

Durante os períodos diurnos, o largo era usualmente tomado por estudantes, homens jogando cartas, pessoas conversando e por muitos engradados de cerveja e recipientes de água mineral que eram vendidos nos depósitos. À noite, o movimento de pessoas era menor e apenas o bar da esquina da Rua São Francisco da Prainha com o Beco José Ignácio funcionava. As 6ª feiras eram realizadas a roda de samba do Bloco de carnaval Escravos da Mauá, fundado em 1993 que chegavam a atrair até duas mil pessoas.

E, ao longo desse trecho da Rua Sacadura Cabral, diversos transportes coletivos faziam ponto final de passageiros e os sobrados e prédios eram utilizados de forma comercial, residencial e também como hospedarias. Nos períodos diurnos, as lojas térreas ofereciam serviços de alimentação popular, estacionamento de veículos, venda de bebidas, entre outros. Barracas credenciadas pela prefeitura compunham na proximidade da Praça Mauá o “Comércio Popular Sacadura Cabral”, o Terminal Rodoviário Mariano Procópio, o Terminal de Passageiros do Porto e o Elevado da Perimetral, viaduto sobre a Avenida Rodrigues Alves. À noite, este trecho da rua era

ocupado pelas atividades voltadas para a prostituição e o lazer em torno das boates, botequins e barraquinhas ambulantes de comidas e bebidas¹⁰⁰.

Com os projetos de *reestruturação* urbana para os bairros portuários esse cenário mudou. A Praça Mauá, atualmente, está fechada para o desenvolvimento das obras. No seu centro há um imenso poço de serviço para as obras dos túneis da Via Binário e Via Expressa do Porto que substituirá o Elevado da Perimetral, demolido entre os anos de 2013 e 2014. O local do terminal rodoviário virou o Museu de Arte do Rio – MAR, o Terminal de Passageiros do Porto foi reformado para incentivar o turismo de cruzeiros marítimos internacionais. As casas de prostituição acabaram.

O Largo da Prainha também mudou. Atualmente é delimitado apenas pelas Ruas João Ignácio e Sacadura Cabral. O trecho da Rua São Francisco da Prainha que delimitava um dos lados do Largo, foi anulado. Desse lado, o largo termina aos pés dos sobrados. Não há mais bancos, nem mesas, o calçamento ainda é de paralelepípedo, mas com calçada e passarelas de cimento que adentram o meio do largo. Já não se jogam mais cartas e nem é ponto de encontro de estudantes. A maioria dos sobrados do entorno já não são depósito de bebidas.

Thiago Vianna, morador desde os anos 1990, narra que muitas vezes passeou e passou horas do dia com seu cachorro nesse logradouro: *“Tornou-se um espaço de eventos e que não é mais conhecido como cenário ‘cultural’ só dos Escravos da Mauá”*. Há eventos de todos os tipos de balada black à encontros de blocos de carnaval, de jazz à feira literária, de feira de artesanato e comidas *típicas* à rodas de samba, entre outros.

O Largo São Francisco da Prainha é o logradouro escolhido para orientar nosso percurso por três motivos principais. O primeiro porque o projeto de *reestruturação* urbana da Zona Portuária planeja as suas ações com base em avaliações de que supostas atividades seriam históricas e, por isso, caracterizaria as diversas sub-regiões da área. Neste sentido, afirma que o projeto de *reestruturação* irá priorizar os usos de cada espaço através do reforço do que já existe em cada sub-região. Como está representado na Figura 1 abaixo, retirado do site do Projeto Porto Maravilha.

O Largo da Prainha localiza-se no núcleo da sub-região nomeada de *‘Turismo/Cultural’*, juntamente com o Morro da Conceição, Pedra do Sal e o Museu do Mar. O ponto em verde na figura é a Praça Coronel Assunção, mais conhecida como

¹⁰⁰ Este cenário é descrito por Roberta Guimarães (2011).

Praça da Harmonia, no seu entorno há diversas instituições e grupos culturais. Nesta praça nossos personagens também são envolvidos em ‘manifestações culturais’, e com envolvimento que se estendem em outras sub-regiões como a denominada ‘*Habitação de interesse social*’, que seria o Morro da Providência ou a sub-região ‘*Residencial*’, próxima a Praça da Harmonia, no bairro da Gamboa, até a Cidade do Samba.



Figura 1: Divisão da Zona Portuária do Rio de Janeiro em sub-regiões segundo a Prefeitura. Site Porto Maravilha.

Nossa segunda motivação é seguir os percursos realizados pelas personagens deste capítulo que freqüentemente cruzam essas fronteiras ‘naturalizadas’ de cada sub-região. O terceiro e último é que a política da Prefeitura de priorizar investimentos em manifestações culturais nesta sub-região fez com que praticamente todos os dias há alguma atividade no local.

Nas intenções do Poder Público não se deve perder de vista a proximidade com o chamado corredor cultural da cidade, da Praça Mauá ao Aeroporto Santos Dumont. Este é um corredor onde funcionam centros culturais, museus, escolas, bibliotecas, polos gastronômicos, teatros, rádios, clubes, sindicatos, instituições carnavalescas e auditórios diversos¹⁰¹.

¹⁰¹Consideremos a Avenida Rio Branco como eixo central, começando na Praça Mauá, onde funciona o MAR, o quase pronto Museu do Futuro, a sede da histórica Rádio Nacional e a Pedra do Sal; até a Cinelândia, onde o monumental Teatro Municipal brilha. Nessa legendária praça e em seus arredores, centro político de grandes acontecimentos, ainda convivem a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, a Academia Brasileira de Letras, e o Museu de Arte Moderna. Do lado direito da Avenida Rio Branco, está o Clube de Engenharia, com seus 130 anos de história, e o Sindicato dos Jornalistas; isso

2.1 Silvania Fonseca e a *Tramas do Porto: Uma aventura que parte da terapia do bordado para a produção de histórias da Região Portuária do Rio de Janeiro.*

Silvania é a primeira personagem que pretendemos narrar o seu envolvimento com atividades culturais e de identificação de memórias, explicitando suas motivações e justificativas para atuar ‘fazendo o bairro’ que deseja continuar vivendo. Ela é Professora do Município do Rio de Janeiro, idealizadora e artesã na *Tramas do Porto – Uma aventura que parte da terapia do bordado para a produção de histórias da Região Portuária do Rio de Janeiro.*

Atualmente ela integra a *Feira do Porto – Arte e Cultura*, realizado no Largo da Prainha, com sua primeira edição no mês de janeiro de 2015, “*A arte da Região Portuária em um só lugar, todo terceiro sábado do mês no Largo da Prainha, Feira do Porto - Arte e Cultura*”¹⁰². Na página no Facebook consta a descrição do seu objetivo: revelar um pouco da *Rica História da Região Portuária*, composto por três bairros: Santo Cristo, Gamboa e Saúde.

Com o Projeto Porto Maravilha, fomos inseridos nesse contexto, com a nossa Feira do Porto, que vem com a missão de atracar no Porto e retratar em suas peças o resgate da nossa história e suas tradições. Uma Feira Artesanal, com música e acompanhada das delícias da Associação Gastronômica Sabores do Porto. (FACEBOOK DA FEIRA DO PORTO: ARTE E CULTURA)

Conheci Silvania Fonseca na Casa Porto, em um encontro dos *Viajantes do Território - Cartografia Colaborativa da Região Portuária*¹⁰³, em março de 2013, coordenado por Egeu Laus, designer de formação e produtor cultural, entre outros, já ocupou o cargo de Secretário Adjunto de Cultura de Nova Iguaçu.

Silvania mudou-se para o bairro da Gamboa, em 1981. Trabalha como educadora, desde a década de 1980, quando iniciou no Instituto Central do Povo, com atuação voltada para a comunidade do Morro da Providência, no bairro da Gamboa, nas cercanias da Central do Brasil e do Porto do Rio de Janeiro. Ela narra que desde esse tempo já era *Viajante do Território*, gostava de realizar percursos para conhecer o

sem falar da velha e moderna Lapa, com dezenas de espaços musicais; e a nova Praça Tiradentes. Do outro lado da calçada, no corredor rumo à Praça Quinze, onde circulam diariamente quase dois milhões de cariocas (fora os que moram em Niterói); vamos encontrar magnificamente espalhados, quase formando um corredor de vida própria, o Centro Cultural Banco do Brasil, a Casa França-Brasil, o Centro Cultural dos Correios, a Escola de Cinema Darcy Ribeiro. Caminhando ali por trás, encontraremos um dos maiores polos gastronômicos do Centro, com dezenas de restaurantes, bares e cafés entre a Candelária e a Praça XV.

¹⁰² <https://www.facebook.com/FeiraDoPortoArteCultura?fref=ts>. Acesso, 16/02/2015.

¹⁰³ <http://www.casaporto.org/2014/01/21/viajantes-do-territorio/>. Acesso, 16/02/2015.

território com seus alunos, conhecendo ruas, vielas e ladeiras do Morro do Pinto e Morro da Providência. Ela trabalhou também no projeto promovido pela RioArte com objetivo de escrever e fazer levantamento cultural da Região Portuária. Entre as muitas histórias que ouviu da Região destaca a Ponte dos Amores, derrubada por ocasião da construção do viaduto São Sebastião, no bairro Santo Cristo.

Ao reorganizar sua narrativa sobre sua experiência passada, seu ato de lembrar reorganizando os fragmentos de sua memória, descreve os bairros como possuindo uma importância histórica e cultural, mas que por falta de atenção do Poder Público e de motivação dos moradores sempre foi difícil realizar atividades que envolvessem a comunidade¹⁰⁴, atribuindo as dificuldades ao suposto descaso do Poder Público “*Era como se o mundo estivesse de costas para a Região Portuária*”, avalia.

Em sua narrativa destaca seu envolvimento afetivo com os bairros portuários ao dizer que sempre desejou propor ações para registrar aquilo que acredita ser a história da Região. Ela credita sua experiência junto a Associação de Moradores e Amigos da Gamboa e Adjacências - AMAGA, nos anos de 2011, coordenando a formação da *Feira de Arte e Cultura da Amaga*, como fase importante que pouco tempo depois à levaria criar a *Tramas do Porto*.

Segundo o presidente da Amaga Jorge Oliveira¹⁰⁵, da época, o objetivo da feira era movimentar a área com lazer, arte, cultura e convivência, expondo a produção de artesãos “*dispostos a participar ativamente do atual processo de revitalização*”. O evento acontece, até os dias de hoje, no segundo sábado de cada mês reunindo artesanato, culinária, música e oficinas para crianças e adultos.

Começamos a pensar a feira quando percebemos efeitos da valorização do bairro com a revitalização. Diante dessa nova fase que a região vive, resolvemos criar um projeto que transformasse a Praça da Harmonia em um “point” da Gamboa. Falta isso ao bairro, e os moradores precisam de um ponto de referência de lazer e cultura. A Praça da Harmonia é perfeita para isso. (JORGE OLIVEIRA, 2011, SITE PORTO MARAVILHA).

As noções de *projeto*¹⁰⁶ e *campo de possibilidades*¹⁰⁷ de Gilberto Velho (1994) podem ajudar na análise de trajetória e da biografia de Silvania, como também das

¹⁰⁴ Termo utilizado por Silvania.

¹⁰⁵ <http://portomaravilha.com.br>. Acesso 21/05/2015.

¹⁰⁶ “O *projeto* no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade.” (VELHO, 1994, 28)

¹⁰⁷ “*Campo de possibilidades* trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura”. *Idem*.

nossas outras personagens *guias*, enquanto expressão de um quadro sócio histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de sua peculiaridade e singularidades.

Os *projetos* individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente. [...] As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidade*. (VELHO, 1994, pág. 46-47)

Ou seja, é descrevendo o *campo de possibilidades* que melhor pode-se compreender como os *projetos* individuais mudam ao longo do tempo e contextualmente, como as pessoas mudam através de seus *projetos* ou com os seus *projetos*. Ainda de acordo com o autor, para a constituição das identidades individuais nas sociedades contemporâneas é importante refletir sobre as relações entre *memória* e *projeto*. Velho considera importantes para a constituição de identidades individuais nas sociedades contemporâneas: “A *consciência e a valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência a biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos*” (VELHO, 1994, pág. 101).

Neste sentido, a feira da Amaga criada, em 2011, no bojo das obras do Projeto Porto Maravilha e de sua política de construir uma narrativa em que os bairros portuários destacam-se como culturais, às vezes como ‘berço cultural’ da identidade carioca, é o mesmo cenário que possibilita a Sylvania agir, no seu ato de lembrar, elaborando sua narrativa de envolvimento afetivo com a Região Portuária e suas atividades culturais e de identificação de memória.

Ela narra que sua função na coordenação da feira da Amaga era mobilizar moradores para fazerem artesanato reproduzindo em suas peças certas atividades, símbolos ou discursos como marcadores de certa *identidade*, diacríticos¹⁰⁸, da Região. Sylvania teria realizado um curso de qualificação com o SEBRAI junto com as artesãs envolvidas na Feira da Amaga, momento em que teria percebido que na sua “‘seara’ ninguém estava plantando, ninguém esta semeando nada... Mesmo que as pessoas fizessem nas agendas, nos objetos de decoração, nos utensílios, etc. não faziam em roupas. Que é um livro andando e contando essa história”, avalia. Ela é filha de costureira, sabe costurar. Tem irmão que confecciona e irmã que borda.

¹⁰⁸ Barth (2000).

Ela lembra-se do evento de lançamento da Feira do Porto – Arte e Cultura, do qual participei do seu lançamento, no dia 17/01/2015, e menciona as peças de artesanato expostas nesse dia, dizendo que de certa forma o seu sonho foi realizado, as pessoas produzirem suas peças com a *identidade da Região*.

Queria escrever a história em roupa. Ao invés de ser um livro fechado que as pessoas para ver tem que abrir que a gente andasse com essas roupas contando essa história. E aí *Tramas do Porto* surgiu. Acho que agora encontrei meu caminho escrevendo essa história de uma forma criativa que parta da terapia do bordado com a escrita dessa história. Esta me encantando bastante e acho que estou conseguindo fazer com que as pessoas se encantem também. (ENTREVISTA SILVANIA, 2015)

Seu projeto, a *Tramas do Porto*, pretende através dos bordados, registrar a arquitetura como a Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o coreto da Praça da Harmonia, o Largo São Francisco da Prainha com os casarios, o Jardim Suspenso do Valongo, os eventos culturais dos blocos carnavalescos, a roda de samba dos Velhos Malandros, o personagem Malandro tocando bandeiro no coreto, o Jongo, o Samba da Saúde, a Capoeira, a Sociedade Dramática Filhos de Talma, entre outras personagens. A Dessa forma, Silvania também expressa verbalmente seu entendimento sobre cultura: *são os grupos culturais. Isso aqui é histórico na Região. Aliás, tudo de cultura do Rio*. Sua autoconsciência cultural¹⁰⁹ mobiliza as categorias ‘passado’, ‘histórico’, ‘cultura’, ‘memória’, ‘identidade’ e ‘patrimônio’.

Na sua narrativa de memória o cenário atual das políticas de reestruturação urbana é positivado em comparação aos anos anteriores, quando na sua percepção havia um abandono do Poder Público e ausência de atividades culturais. Sobre estas últimas, ela ouvia histórias dos mais antigos moradores sobre o *tempo* do Bloco de Carnaval Coração das Meninas, da Sociedade Dramática Filhos de Talma e a Escola de Samba Vizinha Faladeira. Estes três exemplos citados ficaram décadas inativos, mas retornaram recentemente.

Para Silvania a atuação dos moradores merece destaque no que ela chama de ‘ressurgimento cultural’, além do apoio financeiro do Projeto Porto Maravilha Cultural. Nesse sentido o contexto das políticas culturais atual é percebido como positivo, mas ela acredita que uma população que já sofreu muito precisava de maiores incentivos valorizando o agente cultural local, direcionada para o morador, envolvido com o desejo

¹⁰⁹ Na sua narrativa de autoconsciência cultural não aparece a arte de bordar, o saber fazer do bordado, mas apenas o que se borda, seu resultado final.

de fomentar a cultura na Região, porque os editais não contemplariam todos os moradores, justifica.

Silvania, juntamente com sua amiga e parceira Rejane, circula com suas peças de roupa bordadas penduradas em *araras*¹¹⁰ por diversas praças e esquinas, não ficando restrita ao Largo da Prainha com a *Feira do Porto – Arte e Cultura*. Ela é uma personagem marcante, dada a sua simpatia e envolvimento com os demais eventos culturais. Ativamente faz publicidades dos diversos eventos e de seus produtos na rede social Facebook. Sua barraca com suas araras tornou-se minha sede móvel nos eventos da Região.



Fotografia 4: Na parte superior é uma foto da “Feira do Porto - Arte e Cultura”, Largo da Prainha, com Silvania falando ao microfone e diversas mulheres vestindo peças bordadas pela Tramas do Porto. Na parte inferior há um bordado representando o Cais do Valongo e uma mensagem na parte de baixo de uma saia “Tramas do Porto: construindo uma memória ativa”. Fonte: <https://www.facebook.com/TramasdoPorto?fref=ts>. Acesso dia 01/06/2015.

Silvania não deixa de elaborar uma reflexão sobre o atual cenário sociopolítico, percebendo o surgimento de uma especulação imobiliária e um assédio da mídia, diz: “*Se antes o mundo parecia estar de costas para o Porto, agora estão todos de olhos mirando-o*”. Por isso, observa que existe o risco de que muitos moradores possam não

¹¹⁰ Instrumento utilizado para pendurar as roupas para exposição e venda. Também é comum uso doméstico para organizar as roupas.

ser enxergados no novo cenário. “As pessoas que são também patrimônio histórico, patrimônio material da Região, o projeto (Porto Maravilha) pode passar por cima delas se a gente não estiver articulado, mobilizado para estar defendendo” avalia Silvania.

2.2 Thiago Viana e as *Histórias Afro-brasileiras Circuito Histórico da Herança Africana*

Partido do logradouro escolhido para orientação espacial do nosso percurso, a Rua São Francisco da Prainha continua para além do Largo da Prainha, interligando a Rua Sacadura Cabral ao Largo João da Baiana, cenário do Quilombo da Pedra do Sal¹¹¹ – cuja certificação de comunidade remanescente de quilombo foi concedida pela Fundação Palmares em 2005. Em 23 de maio de 2014 foi instalada a placa de identificação e valorização da área do Quilombo da Pedra do Sal, reconhecendo como Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro. Também é cenário de uma das mais famosas rodas de samba da cidade¹¹². No ano de 2014 passa a abrigar também o Baile Black do Bom¹¹³.

A Pedra do Sal é considerada “o mais antigo monumento vinculado a história do samba carioca”, tombada como Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, na década de 1980, no sopé do Morro da Conceição¹¹⁴, bairro Saúde. É também o lugar onde se inicia as apresentações do grupo de teatro, *Periferia Cena Portuária*¹¹⁵, com as cenas itinerantes *Histórias Afro-brasileiras Circuito Histórico da Herança Africana*. Com roteiro e direção artística teatral do ator Thiago Viana, nosso segundo personagem *guia*.

Conheci Thiago Vianna, na Roda de Samba dos Velhos Malandros¹¹⁶, que é realizada todo o terceiro domingo do mês na Praça da Harmonia, desde novembro de 2012. Os Velhos Malandros, idealizado pelo jornalista e sambista Alexandre Nadai¹¹⁷,

¹¹¹ <http://oglobo.globo.com/rio/rio-450/berco-do-samba-quilombo-da-pedra-do-sal-vira-area-de-protecao-cultural-13359180>. Acesso, 16/02/2015.

¹¹² <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/roda-de-samba-da-pedra-do-sl>. Acesso 21/05/2015

¹¹³ <https://www.facebook.com/baileblackdapedradosal?fref=ts>. Acesso 21/05/2015.

¹¹⁴ Guimarães (2007)

¹¹⁵ <https://www.facebook.com/periferia.cenaportuaria.9?fref=ts>. Acesso 16/02/2015.

¹¹⁶ <https://www.facebook.com/pages/Velhos-Malandros/452258221489387?fref=ts>. Acesso 16/02/2015.

¹¹⁷ Alexandre Nadai foi morar na Região Portuária, no ano de 2012, já com o propósito de realizar o projeto de samba na região e já no cenário de visibilidade e políticas culturais. Neste ano de 2015 iniciou um projeto de samba em parceria com o Bar da Jura, no alto do Morro da Providência, realizado todo o segundo sábado do mês. E, também, juntamente com Zeh Gustavo e Rafael Moreira criaram o Samba da

tem como objetivo mostrar para o mundo quem são os grandes compositores de samba. Além do que, Nadai, chama de cultura de raiz, como o grupo de jongo Tambor de Cumba¹¹⁸ e o afoxé Filhos de Gandhi¹¹⁹, o evento engloba também a feira de artesanato *afro* idealizada por Penha Santos, Zumb'art Porto do Rio¹²⁰.

Foi o escultor e ator Oyama Achcar¹²¹, morador do Morro da Conceição e integrante do Projeto Mauá¹²² com o Atelier Ventos do Norte, que me apresentou a Thiago. Thiago, 26 anos de idade, nasceu em Belford Roxo¹²³, em 1988, sendo que aos quatro anos de idade foi morar na Rua Barão da Gamboa, no Morro da Providência. Realizou toda a formação escolar até o ensino médio em escolas da Região. Narra o gosto e a prática do futebol como marcantes em sua socialização com os colegas nos bairros do entorno. Ele jogava no antigo clube dos portuários, onde hoje é a quadra da Unidos da Tijuca¹²⁴; no espaço da antiga Marítima¹²⁵, onde hoje é a Cidade do Samba; no campo do Morro da Saúde, onde em 2001 foi construído o Conjunto Habitacional da Saúde¹²⁶; e, no Morro da Conceição.

Thiago busca em suas memórias construir uma narrativa que dê conta de contemplar sua experiência de infância e juventude no Porto carioca. Assim como Sylvania, recorre a retórica de área degradada e abandonada pelo Poder Público nos décadas anteriores.

A Região. Aqui antigamente era muito fraca, abandonada. Eu lembro quando criança que passava cargueiros (trens) para a Marítima, que é onde fica a Cidade do Samba. Passavam por dentro do túnel, embaixo do Morro da Providência. Onde vai ser a passagem do Veículo Leve sobre Trilhos –VLT.

Saúde no Largo da Prainha. <https://www.facebook.com/pages/Pagode-do-Nadai/1596062147274230?fref=ts>. Acesso 16/02/2015.

¹¹⁸<https://www.facebook.com/tambor.decumba>. Acesso 16/02/2015.

¹¹⁹<https://www.facebook.com/GandhiRIO?fref=ts>. Acesso 16/02/2015.

¹²⁰<https://www.facebook.com/pages/Zumbart-Porto-Rio/629039933794647?fref=ts>. Acesso 16/02/2015.

¹²¹Oyama Achcar foi morar na Região Portuária, Morro da Conceição, no ano de 2010, já no cenário de visibilidade e políticas culturais.

¹²²<https://www.facebook.com/pages/Projeto-Mau%C3%A1/555123167877595?fref=ts>. Acesso 16/02/2015.

¹²³Município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense.

¹²⁴Escola de Samba.

¹²⁵A Estação Marítima foi uma estação de cargas de um ramal da Estrada de Ferro Dom Pedro II, posteriormente Estrada de Ferro Central do Brasil. Desativada na década de 1980, teve os túneis ocupados pelo esgoto, lixo e moradias populares. Em 2006, foi erguida a Cidade do Samba e Vila Olímpica da Gamboa, em parte deste terreno. Outros galpões, juntamente com o Túnel da Marítima que passa logo abaixo do Morro da Providência, foram restaurados entre 2012 e 2014, como parte das obras de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro (Porto Maravilha). Os galpões passaram a sediar um espaço cultural denominado Galpão Gamboa, enquanto o túnel servirá brevemente as composições do VLT do Rio de Janeiro. http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_linha_centro/maritima.htm. Acesso 21/05/2015.

¹²⁶Citado no capítulo I.

Era uma região totalmente desvalorizada. Depois de um tempo, que o Porto deu uma parada, esse comércio via linha férrea deu uma diminuída, deu uma caída. A Marítima ficou numa situação de completo abandono. Era um lugar para consumo de drogas, prostituição. Os galpões ficaram totalmente desativados, quebrados, capim crescendo. E não tinha nenhum pensamento do que se fazer com aquilo ali. (ENTREVISTA THIAGO)

Ele não se lembra do período de infância e adolescência de *movimentos culturais*, apenas das festas organizadas por Escolas de ensino e pela Escola de Samba Vizinha Faladeira que promovia sambas, na antiga quadra no Santo Cristo. Dos blocos de carnaval Fala Meu Louro e Coração das Meninas, ouviu histórias ou leu sobre. Lembra-se de ensaio da Escola de Samba Tijuca e o Baile Funk do Morro da Providência. Para Thiago, na sua autoconsciência e percepção, a cultura da Região seria o samba, a Cidade do Samba, a Pedra do Sal, a Escola de Samba Vizinha Faladeira, os blocos e os ranchos carnavalescos, as marchinhas, João Hilário, Donga, Ismael, Pixinguinha, compositores precursores do samba. E conclui: *Eu acho que é o samba*

Seu envolvimento com o teatro é narrado como uma coisa inédita. Nunca tinha entrado ou assistido a uma peça de teatro. Ele tinha mais ou menos uns 16 a 17 anos, quando por influência de uma tia, foi fazer um curso de produção teatral, na Escola de Artes Teatrais Luiz Carlos, na Mangueira, Zona Norte do Rio de Janeiro. Com esse incentivo de sua tia, começa a surgir um novo *campo de possibilidades*¹²⁷ na trajetória de Thiago. Observa-se, também, nas linhas abaixo a narrativa que ele constrói sobre sua experiência idiossincrática do prazer pela escrita e como seus *projetos*¹²⁸ individuais mudam ao longo do tempo e contextualmente, e sua própria mudança através e junto de seus *projetos* e da dinâmica do seu *campo de possibilidades*¹²⁹.

Ele sempre gostou de escrever incentivado por um professor da escola. Planejou ao final do curso de produção teatral, junto com colegas um espetáculo para o mês da Consciência Negra¹³⁰, inspirado em uma poesia de Castro Alves¹³¹. Na época,

¹²⁷Velho (1994).

¹²⁸*Idem*.

¹²⁹Não se deve pensar em determinismos, mas em oportunidades que podem surgir e os atores mobilizarem competências diversas para desenvolverem suas ações.

¹³⁰O Dia Nacional da Consciência Negra é celebrado, no Brasil, em 20 de novembro. Foi criado em 2003 e instituído em âmbito nacional mediante a lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011, sendo considerado feriado em cerca de mil cidades em todo o país e nos estados de Alagoas, Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Rio de Janeiro por completo através de decretos estaduais. Em estados que não aderiram a lei, a responsabilidade é prefeito, que decide se haverá o feriado no município. A ocasião é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. A data foi escolhida por coincidir com o dia da morte de "Zumbi dos Palmares", em 1695. Sendo assim, o Dia da Consciência Negra procura remeter à resistência do negro contra a escravidão de forma geral, desde o primeiro transporte de africanos para o solo brasileiro (1549).

relata que tudo era muito precário, não havia lugar para ensaiar seus textos e após solicitar e receber recusas de Escolas públicas foi ensaiar na laje da casa da sua avó, no Morro da Providência.

Em 2013, criou o Coletivo de Teatro Periferia Cena Portuária, junto com outros colegas, coincidindo com o 1º Edital de Prêmio do Porto Maravilha Cultural. Com o projeto: *Histórias Afro-brasileiras Circuito Histórico da Herança Africana*, em parceria com o IPN foram selecionados, por este Edital. Transcrevo o texto do folder distribuído durante a apresentação das cenas itinerantes.

Histórias Afro-brasileiras

Um novo ciclo se estabelece dentro das transformações portuárias com o objetivo de levar à humanidade essas descobertas enraizadas dentro da sagrada terra brasileira. Realizamos um espetáculo itinerante através do Circuito Histórico de Herança Africana, representado pelas locações: o Cemitério Pretos Novos, o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo e o Largo do Depósito. Estas são protagonistas do Rico Solo de Histórias Africanas e nós, os artistas da Periferia Cena Portuária, somos seus interpretes coadjuvantes. Multiplicar as Histórias Afro-brasileiras é um compromisso de cada um de nós, cuja missão é a manutenção da identidade nacional e o fortalecimento da cidadania, bem como a preservação da memória do nosso povo. A cultura imaterial deixa todo esse legado não só à nossa geração, mas também às vindouras, nos chamando a atenção para as nossas origens e quem somos neste grande quilombo urbano.

Para a realização deste trabalho o Coletivo de Teatro Periferia Cena buscou a formação de pessoas moradoras da Região e uma parceria com a Cooperativa de Artes Visuais¹³² para ensaiar os textos. Outras ações foram criadas dentro do texto *Histórias Afro-brasileiras* como o Malha Samba, um espetáculo de palhaço que fizeram na Praça da Harmonia, no Bloco Coração das Meninas com as crianças e também nas rodas de samba dos Velhos Malandros. Além de participarem do Fim de Semana do Livro - FIM, com cenas de poesia itinerante, um espetáculo de declamação de poesia de Solono Trindade e Castro Alves, que abordava pessoas nos becos, vielas e praças durante a feira literária, declamado poesia, sempre relacionadas à população de origem e descendência africana.

¹³¹Castro Alves (1847-1871) foi um poeta brasileiro. O último grande poeta da terceira geração romântica no Brasil. "O Poeta dos Escravos". Expressou em suas poesias a indignação aos graves problemas sociais de seu tempo. Denunciou a crueldade da escravidão e clamou pela liberdade, dando ao romantismo um sentido social e revolucionário que o aproxima do realismo.

¹³²A Zona Imaginária Cooperativa de Artes Visuais surge no ano de 2013, em torno dos trabalhos desenvolvidos pelo fotógrafo Maurício Hora e outros parceiros. É fruto da necessidade de dar um caráter mais profissional e competitivo aos jovens oriundos de diversas oficinas de fotografia realizadas na Região Portuária do Rio de Janeiro ao longo de vários anos.

No dia 12 de agosto de 2014, acompanhei a apresentação do espetáculo *Histórias Afro-brasileiras Circuito Histórico da Herança Africana*, que através de sua performance atualiza o significado e as potências da ação política do circuito, que é considerado patrimônio, nas palavras de Nestor Canclinni (1989): *O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus* (CANCLINI, 1989, pág. 162). A apresentação teve início na Pedra do Sal onde fizeram menção a Noite das Garrafadas¹³³; ao código criminal de 1890¹³⁴; ao samba como patrimônio da humanidade; a Tia Ciata; ao Candomblé; aos Ranchos Carnavalescos; ao Jongo; ao *movimento cultural* que o bota baixo do Prefeito Pereira Passos¹³⁵ espalhou para a baixada; aos trapiches; além de encenar o trabalho dos escravos com o sal e das mulheres na lavagem de roupas. E subindo o Morro da Conceição em direção ao Jardim Suspenso do Valongo, fizeram uma parada em frente em Observatório do Valongo onde declamam o poema Vozes d'África, de Castro Alves, um *lamento* do continente africano¹³⁶.

¹³³A Noite das Garrafadas foi como ficou conhecido um episódio da história do Brasil Império, que envolvia portugueses e que apoiavam D. Pedro I e brasileiros que faziam oposição ao imperador - foi um dos principais acontecimentos do período imediatamente anterior à abdicação do monarca, em abril de 1831.

¹³⁴Qualquer pessoa caminhando ou parada nas ruas poderia se enquadrado como criminoso, pelo crime de vadiagem – a condenação se aplicava diretamente aos negros e mulatos -, aquele que não estivesse trabalhando fosse enquadrado neste tipo legal, o que acarretava, pelo menos, o constrangimento de uma detenção e/ou condição à delegacia. http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5349. Acesso 15/15/15.

¹³⁵ Roberto Moura (1983).

¹³⁶ Embora Navio Negroiro seja o mais conhecido poema abolicionista de Castro Alves (1847-1871), este Vozes D'África apresenta igual beleza, além do mesmo discurso comovente contra a injustiça, que notabilizou o artista romântico. O poeta escreve em primeira pessoa, como se ele próprio fosse o continente africano, que clama a Deus por ajuda e pelo fim de um sofrimento ancestral. "Há dois mil anos eu soluço um grito", queixa-se a Mãe África pelos versos pungentes do autor baiano. <http://revistaescola.abril.com.br/biblioteca-virtual/vozes-d-africa-castro-alves-586097.shtml>. Acesso 21/05/2015.



Fotografia 5: Histórias Afro-brasileiras Circuito Histórico da Herança Africana. Na parte superior é a vista do Observatório do Valongo, no Morro da Conceição, para o Morro da Providência, em que Thiago Viana carrega o estandarte do espetáculo. Parte inferior a esquerda encenação no IPN e na parte inferior a direita é um cena na Pedra do Sal. <https://www.facebook.com/periferia.cenaportuaria.9?fref=ts>. Acesso 01/06/2015.

Do Observatório, descendo em direção ao Jardim Suspenso do Valongo apontando para o Morro da Providência cantam a música de *Jorginho e Padeirinho* (1996) intitulada *Favela*. Transcrevo um trecho da música:

Vasta extensão
 Onde não há plantação
 Nem ninguém morando lá
 Cada pobre que passa por ali
 Só pensa em construir seu lar

E quando o primeiro começa
 Os outros depressa procuram marcar
 Seu pedacinho de terra pra morar (2x)

E assim a região
 sofre modificação
 Fica sendo chamada de a nova aquarela

E é aí que o lugar
 Então passa a se chamar favela (2x)

Em seguida os atores se aproximam do público enquanto caminham, aborda-os em grupos pequenos e contam histórias ao pé do ouvido, relatos de pessoas que

circulavam pelas ruas e vielas da Região, registrados no Livro Tia Ciata: “*João, morava na Pedra do Sal, foi preso por desordem*”. No Jardim Suspenso, construído em 1906, durante as obras promovidas pelo Prefeito Pereira Passos, há quatro estátuas em mármore representando divindades romanas: Minerva, Mercúrio, Ceres e Marte, que foram utilizadas no Cais da Imperatriz, para receber a Imperatriz¹³⁷ no século XIX. De acordo com nosso *guia*, Thiago, estas estátuas não tem relação com a Herança Africana, apenas um símbolo de uma história que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Por isso, justifica, são contadas histórias de Orixás: Xangô, Ifá, Iemanjá, Oxum, Ossayn, procurando fazer um contraponto no cenário.

Saindo do Jardim Suspenso do Valongo pela Rua Camerindo, cruza-se a Rua Sacadura Cabral. Após o cruzamento a Rua Camerindo tem o nome de Barão de Tefé. Nesta, encontra-se o Cais do Valongo, onde as apresentações foram marcadas inicialmente pela oralidade “*sou negro, meus avôs são queimados pelo sol da África [...] fundaram o primeiro mercado*”; na “*capoeira ou na faca, escreveu o pau comeu [...] na Guerra dos Males ela se destacou*”, “*estamos em pleno mar*”. Ao mesmo tempo cenas de desembarque de escravos com alguns atores e outros realizando cenas de fuga, correndo em várias direções olhando para os lados.

No Centro Cultural José Bonifácio a cena foi um Samba de Roda, com convites para as pessoas que participaram do Circuito entrarem na roda. No último espaço de apresentação, o Cemitério dos Pretos Novos, Instituto Pretos Novos, iniciam ao som dos atabaques pedindo licença aos seres *sobrenatural* para adentrarem o espaço do cemitério. “*Com licença do curiandamba. Com licença do curiacuca. Com licença do sinhô moço Com licença do dono de terra.*”¹³⁸ Além de citarem os nomes das pessoas enterradas, dos Pretos Novos¹³⁹, no local sempre no ritmo dos atabaques. Às vezes o nome do Preto Novo é seguido do nome do seu proprietário.

Assim como Silvania, Thiago enxerga no cenário de visibilidade algo positivo que é o reconhecimento de uma importância histórica da Região, tirando-a do seu estado

¹³⁷ Em 1843, o Cais da Imperatriz foi construído sobre as pedras do Cais do Valongo, para que ali desembarcasse a Imperatriz Tereza Cristina, futura esposa de D. Pedro II. Com a reforma do Prefeito Pereira Passos, na primeira década do século XX, o Cais da Imperatriz também foi encoberto.

¹³⁸ Entidades que devem se pedir autorização, um ato de respeito, para estabelecer contato com o sagrado e o profano, em tradições de matriz afro-brasileira. <http://cantosdecongoitabira.blogspot.com.br/2010/08/nossa-heranca.html>. Acesso 21/05/2015.

¹³⁹ São africanos recém chegados pelo tráfico negreiro que não resistiam a viagem ao Atlântico e eram enterrados no cemitério no bairro Gamboa. No capítulo III trataremos melhor dos Pretos Novos.

de abandono, entretanto avalia que essa valorização pode gerar uma especulação imobiliária, expulsando o morador de baixa renda.

As pessoas passavam por aqui, passavam pelo Viaduto Elevado da Perimetral, não sabia o que tinha abaixo, desconheciam isso aqui. Então a política agora é mostrar para as pessoas que aqui existe um espaço, existe uma história. Então as pessoas virem de fora também é bom pra gente que mora aqui. A área precisa de uma movimentação para que as coisas comecem a mudar. Comecem a prosperar a sua área, porque se fosse só para a gente morar, eu acho que essa política não iria funcionar. Claro que tem uma série de críticas contra a política, contra o Porto Maravilha, da forma que eles estão realizando. É o que eles chamam de gentrificação. Por que isso aqui não vai se transformar numa área para quem ganha um salário mínimo morar. Que nem lá no Morro da Providência, um barraco daquele vai virar um hostel. Vai ser igual ao Vidigal. O processo que acontece no Vidigal, os moradores antigos saírem de suas casas. Venderem suas casas, deixarem suas histórias, para que outras pessoas, principalmente franceses que chegaram lá, ocuparem aquilo ali. Criar um hotel, criar um hostel, uma pousada. Virou um safari agora morar na favela. São algumas coisas contra que tem ai. (ENTREVISTA THIAGO).

2.3 Orlando Rey e o Bloco Cordão do Prata Preta

Orlando, morador nascido e criado no bairro da Saúde, é um dos diretores fundadores da Associação Carnavalesca Cordão do Prata Preta, com cores vermelho, branco e azul, em homenagem a Sociedade Dramática Filhos de Talma, 1889, e a Escola de Samba Vizinha Faladeira, 1930. O Prata Preta, agremiação carnavalesca fundada em 15/11/2004 com o intuito de animar o carnaval de rua na Zona Portuária, homenageia o capoeira e estivador Horácio José da Silva, o Prata Preta, considerado por muitos um símbolo de luta contra o Governo durante a Revolta da Vacina¹⁴⁰, em 1904. Horácio liderou mais de dois mil pessoas contrárias à vacinação obrigatória, na barricada de Porto Arthur¹⁴¹ contra o Exército brasileiro.

Nossa personagem *guia* participa de um movimento chamado Samba na Fonte¹⁴², criado em agosto de 2007 por alguns compositores que se juntaram para formar um espaço onde pudessem se reunir para discutir e dividir opiniões sobre os caminhos trilhados pelo samba e para confraternizarem cantando suas músicas inéditas, que por diversas razões não são divulgadas nas rodas de samba. Destes encontros foram nascendo novos contatos, novas parcerias e projetos, sempre mantendo o foco e o

¹⁴⁰ Roberto Moura (1983).

¹⁴¹ *Idem*.

¹⁴² Oliveira; Ribeiro; Rey; Wilke (2012)

discurso em uma *resistência cultural* e na conscientização sobre a ética, o respeito e a responsabilidade que cada um tem com o legado dos grandes mestres e com os caminhos pelos quais deveria conduzir a bandeira do samba¹⁴³.

Ele, em seu ato de lembrar, organiza uma narrativa que remete aos tempos de infância e as histórias que seus pais narravam sobre o grande carnaval que vivenciaram na Região Portuária. Orlando chegou a vivenciar os anos finais de dois grandes blocos: *O Coração das Meninas* que foi fundado na Praça da Harmonia, Gamboa, em 1964 e o *Fala Meu Louro* na década de 1930, no bairro Santo Cristo. Ele destaca a *Banda da Gamboa*, em formato de cordão¹⁴⁴, que teria tido uma vida efêmera, mas que provavelmente teria permanecido em seu inconsciente quando pensou em formar uma agremiação carnavalesca no formato de Cordão, como é o Prata Preta.

Nesse sentido as reflexões de Gilberto Velho (1994) sobre a importância da relação entre a *memória* (o ato de lembrar) e os *projetos* na constituição das identidades nas sociedades contemporâneas, onde predominam as ideologias individualistas, lançam luzes as nossas interpretações. Para o autor a trajetória do indivíduo passa a ter um significado crucial como elemento não mais contido, mas constituidor da sociedade.

Assim a biografia, valorizada ao extremo em um mundo individualista, esta sujeita a periódicas revisões e reinterpretações. A ideia, já do senso comum, de que a memória é seletiva, em parte explica, por essa dinâmica dos projetos e da construção de identidade, que leva as referências do passado a um processo permanente de *des* e reconstrução. (VELHO, 1994, pág. 103-104).

Por volta de 2004, Orlando, mais um amigo e duas amigas, às 07 horas da manhã de um domingo caminhavam em direção ao bloco Cordão do Boitatá na Avenida Rio Branco, brincando e cantarolando uma melodia criaram uma marchinha inspirada em uma frase que seu pai gostava de dizer “*quem tem medo de cagar não come*”. Neste mesmo percurso tiveram a ideia de montar um bloco, que seria batizado com esta frase de seu pai.

O nome “*quem tem medo de cagar não come*” foi considerado estranho e escatológico pelos amigos, recebendo a sugestão do professor e historiador Sergio Monte de homenagear o centenário da Revolta da Vacina, batizando o bloco de Prata Preta. No ano de 2005, o Prata Preta estreou com um desfile que reuniu menos de 50

¹⁴³ *Idem.*

¹⁴⁴ Caracterizado pelo uso de instrumentos de sopro e repertório de marchinhas.

pessoas, apenas amigos e familiares. Para Orlando antes do Projeto Porto Maravilha articular a retórica de *revitalização* da Zona Portuária, de levar recursos econômicos e fluxo de pessoas para a Região, o Prata já atraía pessoas mesmo com o estigma da violência atribuído aos bairros portuários, contribuindo para desmistificar esse imaginário.

Ele, ao longo de sua trajetória morou e trabalhou na Zona Oeste, Baixada Fluminense da cidade do Rio de Janeiro, por 12 anos, convivendo com uma galera que produzia cultura “*tirando leite de pedra. Os caras davam literalmente nó em pingo de éter, não é nem mais em pingo d’água. Pingo d’água já era moleza para eles.*” Este é um período que Orlando considera importante por ter adquirido experiência prática e ter uma atuação voltada mais para a produção de eventos e da produção cultural.

Para o nosso *guia* a partir da criação do Prata Preta, que reuniu uma galera a fim de produzir e trabalhar pela *cultura da Região*, foi dado o ponta pé inicial para trazer de volta à atividade o Clube Sociedade Dramática dos Filhos de Talma. Eles conseguiram colocar a restauração da sede do Talma, que estava literalmente caindo aos pedaços, nas obras do Porto Maravilha Cultural, aproveitando-se de uma visita do atual Prefeito Eduardo Paes, a Praça da Harmonia, bairro Gamboa. Na ocasião, os membros do Prata Preta, sabedores de que o Prefeito é vascaíno, aproveitaram o *mote* de que o Clube de Regatas Vasco da Gama foi fundado no Talma¹⁴⁵ e narram a história do Talma convencendo o chefe do Executivo Municipal de que deveria reerguer a sede dos Filhos de Talma. Atualmente esta Sociedade Dramática está de portas abertas e voltou às suas tradições de teatro amador, mas também espaço cultural para diversas manifestações culturais, escolinha de futebol e pré-vestibular comunitário.

Para nosso *guia* hoje há uma ‘*efervescência cultural*’ em vários espaços da Região Portuária, proporcionado pelo contexto do Porto Maravilha e sua política cultural geradora de oportunidades para atividades culturais comparado com os tempos anteriores e de fundação do Bloco do Prata.

hoje eu acredito que as agremiações (blocos carnavalescos) que surgiram depois já pegaram uma situação melhor do que nós pegamos no início. Hoje existem várias opções, quem iria imaginar que teríamos festival de jazz o ano todo no Largo São Francisco da Prainha? Apoio que fez com que essa área se tornasse uma efervescência cultural em vários espaços aqui da Região

¹⁴⁵ Há uma controvérsia sobre o local de fundação do Clube Vasco da Gama, para alguns houve reuniões do grupo fundador do Vasco na sede do Talma, mas a assinatura da Ata de fundação teria sido em uma rua ao lado.

Portuária, você tinha, para quem gosta de cultura, a possibilidade de ir para a Casa França Brasil, para o Centro Cultural dos Correios, que é ali perto do CCBB, Centro Cultural da Light, ônibus para a Zona Sul, aqui sempre foi um espaço privilegiado. Mas hoje é como te falei, você não precisa mais fazer isso, você pode ficar aqui, tem coisas interessantes. Por exemplo, quem iria imaginar que vai rolar no Largo da Prainha um festival de jazz o ano todo. Isso só é possível a partir dessa ideia de revitalização da Região Portuária. Então mudou muito coisa para quem gosta de eventos culturais você passa a ter uma gama de opções. (ORLANDO, ENTREVISTA)

Orlando, ao comentar sobre a política cultural, sugere que deveria ter uma concepção na Prefeitura que um montante similar a essa verba também tivesse na Zona Oeste, na Zona Norte, “*onde há muita gente boa produzindo cultura e carece de investimento público*”. Ao fazer uma avaliação sobre o Projeto Porto Maravilha, ele aponta aquilo que seriam contradições, comparando com processos ocorridos em bairros da cidade de Belém e Barcelona, alvos da mesma retórica de Regiões degradadas, quando foram revitalizadas se valorizaram e houve uma *expulsão branca*¹⁴⁶. Nosso guia, sabedor de que até o ano de 2015 os projetos de moradia do Porto Maravilha não tiveram investidores, afirma que: “*Por que ninguém quer investir em moradia? Porque querem investir em prédios comerciais, em salas comerciais, em Shopping Center*”. Este é o seu maior temor, que haja uma *expulsão branca feita pelo capital* na Região Portuária, pois, Orlando não é proprietário e seu aluguel subiu 150% nos últimos seis (6) anos, assim como muitos conhecidos que já precisaram sair por falta de condições para arcar com o aumento do custo de vida, teme que este seja o seu destino também.

¹⁴⁶ Expressão usada para caracterizar um o deslocamento forçado dos moradores sem uso da violência física, da força policial, mas criando condições que os ‘custos de vida’ sejam impossíveis de pagar.



Fotografia 6: Encenação da “*barricada da Saúde*” com um canhão de confetes. Este episódio teria sido a barricada final da Revolta da Vacina, em 1904, na esquina da Rua Sacadura Cabral, próximo ao Moinho Fluminense, esquina com a Praça da Harmonia. Neste desfile do Cordão do Prata Preta, no Carnaval de 2015, estima-se a presença de 5 a 6 mil foliões na Praça da Harmonia. <https://www.facebook.com/cordaodopratapreta?fref=ts>. Acesso 20/03/2015.

2.4 As histórias mobilizam as pessoas e as pessoas mobilizam as histórias

A análise das trajetórias de nossas personagens permite observar o modo pelo qual experimentam a narrativa, capitaneada pelo Poder Público, para valorizar econômica e simbolicamente os bairros portuários com instalação de grandes equipamentos culturais e políticas de patrimônio cultural. Esta ‘narrativa de bairros culturais’ criou as condições para a emergência do *campo de possibilidades*¹⁴⁷ em que vários atores, assim como Silvania, Thiago e Orlando, experimentem como *projetos*¹⁴⁸ tornar-se *agentes culturais* para atuarem ativamente neste processo, percebendo-o como positivo por reconhecer uma importância histórica da Região, tirando-a da *velha* narrativa que a descrevia como abandonada.

Para desempenharem ações de *agentes culturais*, cada qual elaborou a seu modo uma autoconsciência e percepção cultural para agir neste cenário, mobilizando uma gramática, comum em sua maioria, para justificar suas ações, tais como: valorizar a história e a identidade cultural da Região; preservação do patrimônio cultural; elevar a autoestima da população; valorizar os bairros; levar conhecimento para as pessoas; valorizar a identidade nacional e o fortalecimento da cidadania; melhorar o olhar de dentro e de fora sobre a Região; promover uma maior integração comunitária; recuperar a memória local que sofreu processo de apagamento; além daqueles que são *artistas de profissão* e a cultura é um meio para obter recursos financeiros para a sobrevivência individual ou familiar.

Estas narrativas de trajetória de nossos *guias* devem ser analisadas retomando o postulado de Portelli (2000) no qual argumenta que o ato de lembrar é fortemente relacionado ao espaço e ao tempo, de uma forma ou de outra, ideológico e socialmente mediado, portanto, não há narrativa histórica desinteressada, pois suas variações estariam ajustadas para fazer frente a demandas situadas e variadas. Neste sentido, não se deve perder de vista que reorganizam suas memórias no cenário de emergência desta ‘narrativa de bairros culturais e históricos’, capitaneada pelo Poder Público, mas que envolve diversos outros setores e atores da sociedade.

Estes fragmentos¹⁴⁹ reordenados de histórias individuais revelam também fragmentos reordenados de histórias dos bairros portuários e da cidade do Rio de

¹⁴⁷ Velho (1994).

¹⁴⁸ *Idem.*

¹⁴⁹ Portelli (1996).

Janeiro, podendo, portanto, serem interpretadas a partir da questão do ser de *homem* e de *coisa*, como salientam Mello e Arno (2000) em diálogo¹⁵⁰ com as ideias do jurista e filósofo Wilhelm Schapp, ou seja, nós seres humanos estamos sempre entretecidos em histórias,

Assim, o que faz parte, em primeiro lugar, de toda história é um alguém (individual ou coletivo) que se encontra enredado nela, 'com toda a sua alma'. Além dele, existem outros: amigos, inimigos e coadjuvantes; seres sobrenaturais, deuses, anjos, fantasmas, como os anteriores, também eles enleados em histórias. Há ainda os animais, antropomorfizados, às vezes, e, neste caso, igualmente enovelados em histórias. E há, finalmente, isto que chamamos mundo exterior, com o qual as histórias mantêm uma espécie de conexão, ou 'costura', que consiste no elenco de todas as coisas criadas pelo homem, com uma determinada finalidade, e que no dizer de Schapp são os *Wozudinge* (coisa para), os requisitos, utensílios ou ferramentas, como poderíamos chamá-los em português. (MELLO & VOGEL, 2000, pág. 05)

Essa perspectiva universal da 'condição humana' e das 'coisas', implica, segundo os autores, que uma história contada é testemunho de uma existência singular no mundo, e quem a conta o faz para um ouvinte qualificado do qual se espera saber entender as razões do narrador.

O narrador procura, na ganga bruta de sua audiência, simpatizantes, cúmplices, consoladores, conselheiros, padrinhos e patronos, ou como quer que se caracterizem estes seus potenciais companheiros, pessoas dispostas, em maior ou menor grau, a compartilhar venturas e desventuras, ou, no espírito de Benjamin e Schapp, o pão das suas histórias. [...] A partir dessas premissas inauguram-se, de imediato, novas correlações entre as histórias e a atividade de as contar e ouvir. Não se pode contar qualquer história a qualquer um, como assinala Schapp. Assim, por exemplo, existem narrativas destinadas a ouvidos específicos, qualificados, por assim dizer, para tomar conhecimento delas. É o caso das histórias trazidas ao médico, ao confessor, ao advogado, ao juiz, ao a outras quaisquer instâncias, individuais ou coletivas, da autoridade profissional ou da autoridade pública. (MELLO & VOGEL, 2000, pág. 06)

Nossos *guias* são mobilizados pelas histórias que contam e pelas histórias que ouvem. Entremeados na confecção da cidade tornam-se mobilizadores e mobilizados por essa '*narrativa cultural*' dos bairros portuários. Eles, ao organizarem seus fragmentos de memórias, explicitam que a Região passou décadas abandonada pelo Poder Público, reproduzindo e produzindo a perspectiva de positivar as atuais intervenções urbanas da Prefeitura, legitimando o *campo de possibilidades*¹⁵¹ em que

¹⁵⁰Mello & Vogel (2000).

¹⁵¹ Velho (1994).

experimentam como *projetos*¹⁵² tornarem-se *agentes culturais*. Como observa Gilberto Velho (1994) o sentido de identidade individual depende em grande parte da organização desses fragmentos de fatos e episódios para dar consistência e significado ao passado, possibilitando a articulação e elaboração de *projetos* que dão sentido e estabelecem continuidade entre os diferentes momentos e situações de suas vidas.

¹⁵² *Idem.*

Capítulo III

A experiência de patrimônio cultural em torno do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos

Neste capítulo interessa-nos, sobretudo, os modos pelos quais a categoria cultura é mobilizada como argumento constituído e constituidor da experiência do IPN e de seu *lugar* na narrativa dos bairros portuários da cidade do Rio de Janeiro. Partimos das considerações de Gonçalves (2012) sobre os processos de elaboração dos patrimônios culturais em “*não pensá-los como ‘entidades’, mas como atividades, formas de ação, e perguntarmos pelas suas consequências*” (GONÇALVES, 2012, pág. 71), descrevendo e interpretando a experiência institucional e discursiva de fundação e sobrevivência do IPN.

A história do *Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos - IPN* está umbilicalmente ligada a trajetória pessoal da família de Ana Maria de la Merced Gonzalez Gaña Guimarães dos Anjos (doravante Dona Merced). Ela é carioca de descendência portuguesa e espanhola, casada, tem três filhas, uma neta e um neto.

Dona Merced é moradora da Gamboa desde 1966. Nos anos de 1990, junto com sua família, adquiriram um sobrado muito antigo que precisava ser reformado, na Rua Pedro Ernesto, nº 36, também no bairro Gamboa. Entretanto as condições financeiras para a desejada reforma só foram conquistadas no ano de 1996, seis anos depois. Nos primeiros dias das obras de reforma, nossa personagem recebeu um telefonema em seu trabalho dando conta de que os pedreiros haviam encontrado ossadas ao cavar o solo para construir novos alicerces para casa. No princípio a família acreditou que se tratava de ossadas de animais, mas depois percebeu que eram humanas.

Dona Merced conheceu através de um vizinho um exemplar do livro “*História dos bairros: Saúde, Gamboa e Santo Cristo*”, de autoria de Elisabeth Cardoso, publicado no ano de 1987. Com este livro ela pode confirmar as histórias de que as imediações de sua casa havia sido local de sepultamento de cativos africanos entre os séculos XVIII e XIX, pois a atual Rua Pedro Ernesto é descrita no livro como sendo o “caminho do cemitério”, no século XIX. Em seguida a Prefeitura confirmou oficialmente que era o antigo Cemitério dos Pretos Novos e fez compromisso de realizar pesquisas, mas nunca teria retornado.

Dona Merced narra que no ano de 1998 sua casa apresentava rachaduras perigosas e a estrutura do telhado estaria cheia de cupins. Com a previsão de fortes chuvas abandonaram a moradia, pegaram documentos e roupas, e foram se refugiar no escritório da empresa da família, numa rua ao lado. Em 1999, chamaram um engenheiro e um arquiteto e diminuíram o projeto realizando uma obra pequena a revelia da Prefeitura. Em 2001 retornaram para a casa.

Quando a família retornou para a casa já havia um novo Governo, era o César Maia, de 2001-2008. Este mandou chamar a família dos Anjos dizendo que iria desapropriar a casa para a realização de pesquisas. Dona Merced teria reagido dizendo:

vocês sabem que existe Cemitério dos Pretos Novos porque a gente avisou. Vocês não descobriram. Falamos pra vocês. Chamamos vocês porque a gente quer que vocês pesquisem. Vocês não pesquisaram porque não quiseram. Gostaria muito que houvesse a pesquisa, mas não serei desapropriada, porque não existe lei no mundo que lhe dá o direito de me desapropriar. (DONA MERCED, ENTREVISTA, 2014)

Nessa época, de acordo com Dona Merced a única ação do Poder Público veio através do Secretário de Cultura que organizou uma grande festa na rua, com banda de música, comida afro-brasileira e uma limpeza espiritual na sua casa. Esta ocasião contou com a presença de diversos repórteres e o discurso era de que ali *'começava a nova era, a nova história'*. Segundo Dona Merced, o Secretário de Cultura tinha boas intenções, mas foi exonerado no ano seguinte e nada aconteceu.

Este episódio é narrado como um momento importante na história do IPN. O Secretário de Cultura, que também era jornalista, teria conseguido atrair setores importantes da mídia e a partir de então o mundo ficou sabendo da existência do cemitério. Dona Merced relata que apareciam pesquisadores, mas principalmente jornalistas que sempre colocavam uma nota sobre o Cemitério dos Pretos Novos, mantendo sempre uma publicidade.

O interesse despertado pelo sítio arqueológico Pretos Novos levou à criação do Decreto Municipal nº 24.088, de 5 de abril de 2004, que determinou a construção do Portal dos Pretos Novos, a ser instalado na Praça do Comércio, localizada na Saúde, onde no passado funcionava o mercado de escravos. Além disso, previa-se a criação de um Museu a Céu Aberto, composto pelo Centro Cultural José Bonifácio, o Cemitério dos Pretos Novos, os Jardins Suspensos do Valongo, a Pedra do Sal, as igrejas históricas, dentre outros. A intenção do Decreto era a de “demarcar as influências da cultura negra no território da cidade do Rio de Janeiro, em especial no bairro da Saúde e Gamboa”. Nem o portal e nem o museu a céu aberto foram criados, apenas

algumas placas indicando sua importância histórica foram colocadas nesses locais. (VASSALLO, 2014, pág. 12)

Em 2005, a família dos Anjos foi procurada por um artista plástico que desejava expor suas obras de arte na casa. Dona Merced não teria aceitado imediatamente alegando que era sua casa e não uma galeria de arte, mas o artista insistiu justificando que ali era a casa de seus ancestrais.

A exposição do artista plástico foi realizada nesse mesmo ano. Amigos da família, antigos e os novos, compareceram levando também um documento motivando e solicitando que a família dos Anjos deveria fundar uma instituição para manter essa *memória e história viva*¹⁵³. Em 13 de maio de 2005 é fundado a Associação Cultural sem fins econômicos - *Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos*.

Art. 2º. O Instituto Pretos Novos tem por objetivo a promoção e estímulo de Pesquisas, Estudos e Preservação da Memória e Cultura Afro-Brasileira dando ênfase aos Sítios Arqueológicos e Históricos e aos Cemitérios Negros. (ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS).

Este cemitério funcionou entre a década de 1770 – quando o desembarque de cativos africanos foi transferido da Praça XV para a Região do Valongo – e o ano de 1831 – quando a proibição do tráfico negreiro transatlântico levou ao seu fechamento (Pereira, 2007; Honorato, 2008; Tavares, 2012). O nome Pretos Novos faz referência ao fato de serem recém-chegados e a presença de crianças e adolescentes sepultados. Para os historiadores e arqueólogos do IPN, trata-se de um local que havia sido destinado ao sepultamento de cativos africanos que morriam no momento próximo ao desembarque, antes de serem vendidos como escravos.

Para divulgar a história do cemitério e denunciar o modo pelo qual os sepultamentos foram ali realizados, o IPN foi criando e passou a organizar eventos relacionados à cultura afro-brasileira como lavagem das pirâmides¹⁵⁴, feijoada, rodas de samba, jongo e capoeira, sarau de poesia, bem como seminários, exposições, oficinas e

¹⁵³ Estatuto do IPN.

¹⁵⁴ Pirâmides de vidro, inauguradas em 2012 protegem e dão visibilidade aos achados arqueológicos depositados nos locais de escavações. A lavagem tem sido conduzida pela ialorixá Mãe Edelzuita, uma das mais prestigiosas lideranças de religiões de matriz africana no Rio de Janeiro, despejando água de cheiro nos vidros, ao som de toques e cânticos do candomblé. Em 2012, integrante do Grupo e Trabalho Curatorial, para implantação do Circuito da Herança Africana, Mãe Edelzuita sugeriu a realização desse ritual anual “*precisa haver uma celebração, isso não pode ficar no anonimato. É muito sério, chocante, revoltante*”. Também foi a mesma que disse sentir uma grande força de Xangô, orixá vivo, responsável por cada homem, mulher, osso e pedra, e símbolo da justiça. Vassollo (2012).

debates. Em 2012 é incluído oficialmente no *Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana* e reconhecido pelo Projeto Rotas dos Escravos¹⁵⁵, iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.



Fotografia 7: Roda de Samba dos Velhos Malandros e Roda de Capoeira com mestre José Carlos, no salão do IPN. Fotografia de Petruccio Guimarães. Ano 2015.

A já citada pesquisadora Simone Pondé Vassollo (2012) realiza pesquisa na Região Portuária do Rio de Janeiro onde procura refletir sobre os novos significados atribuídos aos bairros portuários¹⁵⁶ relacionados, ao que denomina de emergência de um simbolismo afrodescendente. Para tanto, analisa o processo de elaboração do *Circuito*

¹⁵⁵“A Rota do Escravo: Lições do Passado, Valores para o Futuro”, projeto iniciado 1994, esta iniciativa da UNESCO tem inspirado as lutas atuais contra o preconceito, a discriminação racial e todas as formas de escravidão que ainda atingem mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo. Surgiu de uma iniciativa do Haiti em conjunto com vários países africanos que fizeram parte da “Rota dos Escravos”. http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/the_slave_route_project_of_unesco_inspires_international_seminar_on_slavery_memory/#.V51TJW5fmI. Acesso 21/05/2015.

¹⁵⁶ Para o conhecimento de uma análise detalhada dos múltiplos atores envolvidos nas disputas de constituição desse circuito, consultar o Simone Vassollo (2012). Desenterrando memórias: uma análise das disputas em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Vassollo (2012).

Histórico e Arqueológico da Herança Africana e, mais especificamente, do sítio arqueológico Cais do Valongo. Para a autora, tanto este, como o Cemitério dos Pretos Novos não estão mais no contexto histórico que lhes deram origem e para o qual eram dotados de certos usos e significados¹⁵⁷.

Ao serem escavados e expostos ao público, eles foram recontextualizados. Eles se transformaram, respectivamente, nos sítios arqueológicos Cais do Valongo e Cemitério dos Pretos Novos, o que implica numa conversão simbólica. Deixaram de desempenhar suas funções de cais e de cemitério, respectivamente, e passaram a integrar a categoria patrimônio. (VASSOLLO, 2012, p. 04)

Ainda de acordo com a autora durante o processo de constituição do *Circuito*, em 2011 e 2012, são elaboradas diversas reportagens reforçando a importância histórica do Cais e a sua íntima relação com a escravidão no Brasil. Esse momento permitiu ampla veiculação do Cemitério dos Pretos Novos e do IPN, visto que os pesquisadores do IPN – os historiadores Júlio César Pereira e Cláudio Honorato e o arqueólogo Reinaldo Tavares – e a própria Dona Merced são personagens e o IPN, além de personagem é cenário. Através dessas matérias¹⁵⁸, os pesquisadores da instituição expõem uma narrativa refletindo sobre uma importância da história afrodescendente na Região e alguns de seus lugares particularmente relevantes, como o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, o Mercado de Escravos¹⁵⁹.

A trajetória do IPN é narrada por Dona Merced como marcada por dificuldades financeiras e mantida com recursos da família e eventual colaboração de amigos. Somente no ano de 2009, o IPN teria tido a primeira oportunidade de acessar recursos públicos ao participarem de um Edital de Ponto de Cultura¹⁶⁰. Com os recursos deste edital passaram a oferecer seminários e oficinas ligadas às temáticas da escravidão no Brasil, da história e da cultura afro-brasileira.

¹⁵⁷*Idem.*

¹⁵⁸*Idem.*

¹⁵⁹Em 1779, quando o Marquês de Lavradio determinou a transferência do mercado de escravos da Praça XV para a região do Valongo, o Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores, concentrava armazéns de "negociantes de grosso trato" que controlavam o negócio. A mudança introduziu uma série de novas atividades na área, como a instalação de trapiches, manufaturas e armazéns. O mercado na Rua do Valongo foi extinto oficialmente em 1831. <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspHeranca.aspx>. Acesso 21/05/2015.

¹⁶⁰É uma política da Secretaria de Estado de Cultura, em parceria com o Ministério da Cultura, que objetiva fomentar a diversidade cultural do Estado, ao proporcionar apoio financeiro e articulação institucional a iniciativas culturais bem-sucedidas da sociedade civil. <http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/rede-de-pontos-de-cultura-do-estado-do-rio-de-janeiro>. Acessado 07/05/2015.

Como a gente não era da academia, eles (os arqueólogos) se achavam um máximo e a gente uns merdas. Então. Eu cheguei para um deles e falei assim: por que essa história do passado não é contada pra gente? Por que isso aqui ficou tanto tempo escondido? Ele ficou colocando dificuldades, etc. Na verdade ele quis dizer: não tem dinheiro, não pesquiso. Ele não falou isso, mas deu a entender. Sem dinheiro não dá para pesquisar. Falei pra ele que iria trazer a academia para o povo já que ele não fazia isso. Ele riu da minha cara. Hoje estamos trazendo a academia para o povo, em forma de oficinas. E acadêmicos que tenham interesse de difundir as histórias. Com o Ponto de Cultura a gente começou a trazer a academia, o conhecimento para o povo. Hoje alguns milhares de pessoas já conhecem essa história. (ENTREVISTA, DONA MERCED, 2014).

Em 2010 o IPN ganhou o Prêmio Rodrigo de Melo Franco de Andrade¹⁶¹, criado em 1987 e realizado a cada ano pelo IPHAN. Este prêmio tem por objetivo a valorização do patrimônio histórico e cultural do Brasil, premiando ações de preservação e de educação patrimonial que, em razão da sua originalidade, vulto ou caráter exemplar, tornam-se dignas de registro e divulgação para toda a sociedade.

De acordo com Alberto Silva, presidente da CDURP, desde o ano de 2011 o IPN tem um convênio junto a Prefeitura/CDURP para receber recursos de manutenção, pequenas reformas, instalação das pirâmides que protegem as fossas arqueológicas, apoio a pesquisa científica que delimitou o cemitério e publicação dos materiais institucionais e de divulgação.

No ano de 2013, o IPN foi contemplado entre os 34 projetos (entre pessoas jurídicas e físicas) que venceram o 1º Prêmio Porto Maravilha Cultural. Com os recursos obtidos através deste edital ofereceu oficinas e seminários gratuitos que abordam aspectos da Região Portuária, Pretos Novos e culturas afro-brasileiras e indígenas, no ano de 2014. Ainda no ano de 2014 o IPN, que é parte da chamada Zona de Amortecimento¹⁶² do Cais do Valongo, passa a integrar o grupo de trabalho que vem produzindo o dossiê para a candidatura deste do cais à Patrimônio da Humanidade,

No dia 03 de dezembro de 2014, Dona Merced anuncia que fecharia as portas a partir das 18 horas, do corrente dia. Ela justifica-se alegando dificuldades financeiras para prosseguir com as atividades e o pouco apoio do Poder Público. Sem previsão de abertura, comunicava que ficaria suspensas as atividades de visitação ao Museu Memorial, Galeria Pretos Novos, oficinas e outras atividades como reuniões de lideranças culturais da Gamboa, rodas de samba, capoeira e jongo. Esta iniciativa de

¹⁶¹<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15623&sigla=Noticia&retorno=detalh eNoticia>. Acessado em 29/03/2015.

¹⁶² Constitui o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Lei n.º 9.985/2000, art. 2º, inciso XVIII).

Dona Merced gerou uma série de comentários e mais de 600 compartilhamentos, em menos de 24 horas¹⁶³ na sua *conta* na rede social Facebook.

3.1 O Comunicado

Com o comunicado de denúncia da suposta negligência política das autoridades, Dona Merced conseguiu que a *crise* do IPN adquirisse um caráter público, criando redes, sensibilizando e mobilizando atores sociais diversos como pesquisadores, funcionários públicos e simpatizantes para exigirem o (devido) reconhecimento social, histórico, cultural e de memória do IPN, além do *reconhecimento* de dedicação da família dos Anjos, idealizadora e promotora do mesmo.

Prezados amigos,

É com pesar que comunicamos que o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN Museu Memorial fechará suas portas a partir do dia 3 de dezembro as 18h, sem previsão de reabertura, mantendo-se assim suspensas as atividades de visitação ao Museu Memorial, Galeria Pretos Novos, oficinas e outras atividades como reuniões de lideranças culturais da Gamboa, rodas de samba, capoeira e jongo. (FACEBOOK IPN, 2014)

Dona Merced manifesta sentimento por ter o trabalho desenvolvido no/pelo IPN, reconhecido e conquistando inúmeras premiações e moções de todas as partes (*vide* as mencionadas no texto acima), entretanto alega que todos os projetos do IPN elaborados e apresentados para concorrer por recursos financeiros em editais e autarquias governamentais, no ano de 2014, não lograram êxito. Conclui o seu comunicado colocando a descoberta do cemitério e a sua preservação pela família dos Anjos no centro de toda a discussão e valorização de uma memória afrodescendente para Região, constituindo e constituída na narrativa histórica propagada no cenário de desenvolvimento do Projeto Porto Maravilha.

Neste post iniciado por Dona Merced, surge comentários que denúncia e reivindica como: *‘tem dinheiro para campo de golfe, mas para nossa memória não’*; *‘Onde estão as prioridades educacionais?’*; *‘Merced! Que absurdo! Que vergonha! Que falta de gratidão a você e a toda a sua família, que sempre lutaram para que a história do nosso povo não fosse esquecida!’*; *‘Em Terra de Museu do Futuro Cemitério de Preto não tem vez.’*; *‘Que absurdo isso um espaço cultural como esse não pode*

¹⁶³<https://www.facebook.com/ipn.museumemorial?fref=ts>. Acesso 03/12/2015.

fechar.’; *‘Acorda Paes! Chega de lucros vamos investir no nosso Patrimônio histórico! Alerta!!!!’*; *‘Somos de fato uma nação sem memória e um povo sem memória é um povo fadado a um futuro obscuro’*. *‘Onde esta o nosso prefeito?’*, *“O trabalho do IPN qualifica toda a Zona Portuária como sítio arqueológico e é parte importante da candidatura como Patrimônio da Humanidade”*.

Essa manifestação em apoio ao IPN nas redes sociais mobiliza os argumentos *de nossa história, nossa memória, espaço cultural e nosso patrimônio*, constituindo o que Gonçalves (2012) classifica como a *ressonância do patrimônio cultural* junto ao seu público.

Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. [...] Esse ponto tem estado e seguramente deve continuar presente nos debates sobre o patrimônio. Ele é decisivo para um entendimento sociológico dessa categoria. Um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado), e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. (GONÇALVES, 2007, pág. 214).

O IPN é reaberto, no dia 05/12/2014, segundo dia *pós a crise*, após ter recebido promessa de que o IRPH iria buscar soluções para a reforma da estrutura do IPN e a CDURP iria atender as necessidades imediatas providenciando funcionária para limpeza dos banheiros, aumentando o número dos galões de água e pagar a conta de luz do IPN. Além de prometer renovar o convênio para o ano de 2015, ampliando os valores dos repasses a partir da elaboração de um plano de gestão para o IPN.

3.2 Potencialidades e perspectivas do IPN

Sábado, 31 de janeiro de 2015, às 09 horas da manhã na sede da CDURP, realizou-se um seminário idealizado por Alberto Silva - Presidente da CDURP, para discutir a *crise* do IPN, definir objetivos e elaborar um planejamento estratégico para o mesmo. Ele iniciou reunião entregando uma folha para cada um dos presentes com um texto em formato de projeto, para a condução do seminário, com justificativa, objetivo e metodologia.

Transcrevo um trecho do texto:

O Instituto dos Pretos Novos

Abriga um dos locais mais relevantes da memória da diáspora africana no Brasil. Local símbolo das raízes das desigualdades em nosso país;
Realiza importante trabalho de difusão da influência africana da formação do Brasil. Este trabalho ganha impulso com sua inclusão no Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e reconhecimento pelo Projeto Rotas dos Escravos da UNESCO;
Cumprir importante papel pela preservação e valorização do patrimônio material da Região Portuária que passa por um processo de revitalização urbana por meio da Operação Urbana Porto Maravilha.

Alberto defende que o IPN necessita de um plano estratégico e, por isso, sugere que seja necessário refletir sobre o *papel* do IPN e do sítio arqueológico. Seria local de exposição? Seria espaço de formação educacional? De eventos culturais? Um memorial? Alegando que somente após a definição dos objetivos do IPN é que poderiam ser pensados os meios para o seu fortalecimento institucional e sua sustentabilidade.

Dona Mercedes apresentou o IPN como um lugar de memória e solicitou que conceituássemos dando ênfase na importância que o IPN teria para a humanidade. “*É um lugar que abriga um holocausto negro. Lugar de reflexão, reverência. Mas de 50 mil enterrados, perderam suas vidas. Ali não é lugar só de capoeira e samba. É lugar de educação, humanidade*”. Ela ainda ressaltou uma dimensão de uso pedagógico que o IPN poderia desempenhar em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, nas discussões sobre o racismo na sociedade brasileira.



Fotografia 8: Na parte superior temos estudantes secundaristas e na inferior intercambistas canadenses em torno das pirâmides de vidro das fossas arqueológicas. Fotografia Petruccio Guimarães. Ano 2015.

Neste sentido o sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos traz para o imaginário sobre a Zona Portuária a perspectiva do sofrimento e da tragédia humana, ampliando as fronteiras deste ‘território negro’, como discutido por Vassollo (2014). De acordo com a autora o ‘território negro’, que era mais restrito as festividades e religiosidades na Pedra do Sal, teve suas fronteiras ampliadas para dimensões marcadas pela desumanidade do processo escravocrata brasileiro. Esta perspectiva é utilizada nos argumentos de Dona Merced sobre as suas motivações para desenvolver seu trabalho junto ao instituto. Ela vê no sítio arqueológico a materialização das desigualdades sociais e a discriminação racial estruturantes da sociedade brasileira.

Em entrevista concedida ao site do Porto Maravilha, na ocasião de inauguração das Pirâmides das fossas arqueológicas, Dona Merced procura explicitar suas motivações para o trabalho que realiza a frente do IPN.

Fico muito emocionada e feliz por fazer parte disto. Não desenterramos apenas o cemitério, mas sim toda uma história de dor, luta e sofrimento. Anos de negação de um passado que fez com que o País se tornasse o que é hoje. Hoje vejo um movimento de resgate. Pessoas preocupadas em reestabelecer contato com uma parte da história que pouco se sabia. Mesmo assim, ainda existe a discriminação racial, e sinto vergonha disso. Sou filha de imigrantes europeus. Meu marido tem origem alagoana e ascendência holandesa. Desde 1996, estamos nessa luta e, mesmo com todas as dificuldades, nós nos

sentimos felizes em fazer parte desse movimento. (SITE PORTO MARAVILHA, 2012).

Além da dimensão das festividades, religiosidade e do trabalho, a Região passa a ter um *lugar* que materializa as desigualdades e o racismo da sociedade brasileira. Como sugere Gonçalves (2007) os chamados patrimônios culturais se apresentam como um mediador importante entre passado e presente nas quais se relata uma versão da história de determinada *coletividade*, em que alguns acontecimentos, lugares e objetos são transformados em “testemunhos” dessa história. Canclini (2006) também faz uma reflexão sobre uma perspectiva possível de mediação, realizada pelo patrimônio cultural, entre o passado e o presente, no sentido de “*reconstituir a verossimilhança histórica e estabelecer bases comum para uma reelaboração de acordo com as necessidades do presente*” (CANCLINI, 2006, pág. 202).

Desse modo, muitos dos “bens culturais” que compõem o “patrimônio” estão associados ao passado ou à história da nação. Eles são classificados como “reliquias” ou “monumentos”. Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram “herdados” e que “permanecem” na família por várias gerações; também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos - aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes constituem um tipo especial de “propriedade”: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a “continuidade” da nação no tempo. (GONÇALVES, 2007, pág. 142).

É sua dimensão de materializar as mazelas e os conflitos raciais históricos na sociedade brasileira que são apontadas como um dos recursos para programarem uma política sustentável para o IPN. Por exemplo, Alberto Silva sugere explorar a perspectiva do sofrimento e da dor, como elementos para discutir formação cidadã/educação: *Como podemos explorar o potencial, memorial, educacional, desse episódio de vergonha humana na nossa história?* No mesmo sentido o historiador e professor da UFBA Carlos Eugênio, pesquisador na Região do Porto, fala em estabelecer convênios com a Secretaria de Educação para receber os alunos em visitas guiadas e estimular o turismo cultural/educacional, formando uma rede turística que poderia ajudar a sustentar o Instituto.

Essas dinâmicas às vezes ambíguas de reivindicações *identitárias*, fundadas numa memória coletiva ou numa narrativa histórica, estão sempre envolvendo interesses muito concretos de ordem social e econômica, podendo, portanto, serem articuladas em

torno do mercado do turismo cultural, como sugere Gonçalves (2012, pág. 64 -65) “*cada lugar que vem a ser reconhecido patrimônio já é ou torna-se rapidamente uma atração turística*”. É neste sentido que podemos compreender as discussões ocorridas neste seminário sobre perspectivas para o IPN sair da *crise* e tornar-se sustentável, através da cobrança pelos serviços prestados, seja pela a história contada por Dona Merced ou por algum de seus colaboradores ou, a venda de um souvenir, que não seja apenas uma lembrança, mas que estimule uma reflexão sobre o sítio arqueológico.

Diante do exposto o patrimônio cultural, além de poder ser usado para promover a construção de uma ideia de cidadania, com a elevação da autoestima da população ao sentir a preservação de seu passado e de sua imagem¹⁶⁴, pode também, como percebemos no caso do sítio arqueológico do IPN contribuir para a formação de outra perspectiva para a formação cidadã dos brasileiros ao propiciar, através de sua materialidade, uma reflexão sobre o histórico de racismo e desigualdades sociais no país.

Portanto é interessante notar que os discursos sobre o patrimônio cultural vão se articulando e aderindo a inúmeros interesses, desde políticas de Estado¹⁶⁵ às estratégias de reconhecimento e pertencimento a um lugar¹⁶⁶; estímulo ao mercado turístico¹⁶⁷; preservação de uma ambiência urbana¹⁶⁸; justificativa a projetos de revitalização urbana¹⁶⁹. Ou, como Guimarães (2012) localiza no processo de descentralização patrimonial brasileiro nos anos de 1980 o surgimento de outras imagens possíveis sobre o ‘patrimônio negro’, inclusive seu uso como estratégia política, objetificando “*as demandas por reconhecimento moral e político de grupos que se atribuíam uma identidade afrodescendente*” (2012, pág. 305).

A formação desta *arena pública*¹⁷⁰ possibilitou observar os modos pelos quais é politicamente utilizada a categoria cultura, a par de outras que frequentemente se

¹⁶⁴Como sugere Coelho (2008), Vainer (2000) e Correia (2013).

¹⁶⁵Gonçalves (2012).

¹⁶⁶Lima Filho (2012).

¹⁶⁷Guimarães (2012).

¹⁶⁸Guimarães (2007).

¹⁶⁹Corrêa (2013).

¹⁷⁰ Una arena pública es también una arena social donde está en juego la dinámica de formación, de defensa o de obtención de bienes considerados como “públicos”. Los actores están sujetos a las gramáticas de la vida pública que les imponen las reglas de lo bueno y lo malo, so pena de error gramatical o de deficiencia interaccional, cuando actúan en una situación pública. Disponen de repertorios de conceptos, de argumentos y de motivos que les permiten poner en escena y forma esta “publicidad” de bienes puestos en valor, de reconocer las acciones o eventos como portadores de desafíos públicos. Se comprometen en actividades de evaluación del “interés general” o de la “utilidad pública” o de la “utilidad colectiva” de decisiones políticas o de reivindicaciones cívicas. (CEFAÏ, 2002, pág. 11)

relacionam, como a categoria memória, histórico, turismo cultural, patrimônio cultural, identidade cultural e construção de cidadania. Observou-se, também, disputas para definir os significados, usos e propósitos do IPN e seu sítio arqueológico entre os diferentes atores que o tematizam. Pois, como vimos as disputas ainda existem após 20 anos de descoberta das ossadas e 10 anos de fundação do instituto. Neste sentido Gonçalves (2012) considera que não devemos pensar os patrimônios culturais como ‘entidades’, mas como atividades, formas de ação, descrevendo e interpretando suas experiências.

A descoberta das ossadas, a fundação do IPN e o processo que conduziu à criação do Circuito da Herança Africana contribuíram para o fortalecimento da narrativa da Zona Portuária, principalmente o bairro da Saúde, como um ‘território negro’, possibilitando que diversas manifestações culturais caracterizadas como afro-brasileiras pudesse ocupar espaços públicos na Região, com discurso de cultura de raiz ou tradição.

Entre as manifestações temos o Jongo¹⁷¹. Um ritmo que teve suas origens relacionadas ao Continente Africano, no Congo-Angola, e que chegou ao Brasil-Colônia com os negros de origem bantu trazidos como cativos para o trabalho forçado nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba, no interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo¹⁷². Este ritmo é constantemente citado quando se fala que a narrativa evidenciando uma tradição de cultura afrodescendente para a Zona Portuária é uma invenção, no sentido negativo da palavra, justificando que nunca teria sido espaço do Jongo.

Nesta controvérsia o argumento de Sahlins (1997) sobre a relação entre invenção e tradição nos movimentos *culturalistas* contemporâneos podem ser boas para pensar o lugar do sítio arqueológico nesta narrativa: “*a defesa da tradição implica alguma consciência; a consciência da tradição implica alguma invenção; a invenção da tradição implica alguma tradição*” (SAHLINS, 1997, pág. 136). Além de materializar as desigualdades fundantes de nossa sociedade, o sítio arqueológico dos Pretos Novos (juntamente com a Pedra do Sal e Cais do Valongo) torna palpável o argumento de que o bairro da Saúde é um ‘território negro’¹⁷³ e, portanto, palco privilegiado das ‘tradições’ da cultura negra do país. Ao mesmo tempo essa ocupação com manifestações afro-brasileiras é o que garante e reatualiza a força política como

¹⁷¹<http://jongodaserrinha.org/historia-do-jongo-no-brasil/>. Acesso 20/05/2015.

¹⁷²*Idem*.

¹⁷³Vassollo (2014)

‘território negro’, nos termos de Canclini (2006) “*O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus*”, (CANCLINI, 2006, pág. 162).

Considerações finais

A formulação da problemática que conduziu esta dissertação começa a ser gestada no meu percurso por diferentes espaços da cidade do Rio de Janeiro, desde assistir ações de rappers e do Instituto Raízes em Movimento no Complexo de Favelas do Alemão, até acompanhar ações dos chamados *agentes culturais* e das autoridades políticas envolvidas no Projeto Porto Maravilha. Encontros e desencontros que possibilitaram perceber que no uso recorrente da categoria cultura como meio de ação no ‘mundo da vida’ para fins diversos, eram sempre acompanhadas de uma gramática, que orientava as ações dos atores. Inspirado em uma expressão e fértil ideia de Marshall Sahlins: a *indigenização da categoria cultura* na contemporaneidade, ou seja, o modo pelo qual os atores se apropriam da mesma, cada qual a seu modo, como argumento político e moral nas suas ações.

Ao direcionar a pesquisa para o processo de elaboração da narrativa que vem *deslocando* a imagem da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro em uma ‘*cartografia imaginária*’ da cidade, nos termos de Agier (2010), descrevemos minimamente o contexto sociocultural regional e global, pois é uma das Regiões que concentra grande parte das intervenções urbanas atualmente em curso na cidade, em torno da realização da Copa do Mundo, realizada em 2014, e dos Jogos Olímpicos, em 2016.

Este projeto de intervenção urbana articula as ideias de novidade, mobilidade e modernização do espaço urbano como necessárias frente ao léxico da decadência atribuído historicamente aos bairros portuários da cidade, juntamente com a retórica da importância cultural, histórica e arquitetônica dos mesmos para a formação da *identidade* carioca e nacional. Esta intervenção mobiliza argumentos relacionados a uma forma de gestão das cidades inspirada no planejamento estratégico empresarial, Vainer (2000), associada a um quadro globalizado de *competição entre cidades*, que se repercute em grande parte das metrópoles mundiais, desde Berlim - Alemanha, São Paulo - Brasil, Baltimore - EUA à Barcelona – Espanha, entre outras.

Neste cenário de produção de *cidades competitivas* nossa atenção foi direcionada para os modos pelos quais a categoria cultura é mobilizada politicamente no processo de elaboração da nova narrativa sobre os bairros portuários da cidade do Rio de Janeiro, acionando representações de ‘celeiro cultural’, *berço* da ‘cultura carioca e

brasileira’, para valorizar econômica e simbolicamente os bairros portuários na sua relação com os outros bairros da cidade, além da instalação de grandes equipamentos culturais, ganha destaque uma dimensão afrodescendente.

Neste contexto, de intenso investimento do Poder Público e capital privado em atividades culturais, não podemos deixar de supor que ao mesmo tempo em que a cultura é o motor da revitalização urbana, a revitalização urbana é o motor da revitalização cultural. Este fato é facilmente observável na multiplicidade de coisas, práticas e idéias que passaram a ser evidenciadas e classificadas como cultural, mas também na intensa proliferação de grupos e eventos culturais e a conseqüente competição por recursos dos editais públicos¹⁷⁴.

Estas ações capitaneadas pela Prefeitura para elaborar uma narrativa que vem transformando a Zona Portuária na direção de torná-la um Polo Cultural da cidade estão inscritas em um *sistema simbólico*¹⁷⁵ em que a categoria cultura transformou-se em um *idioma comum* utilizado pelas pessoas e instituições, para selecionar e classificar ações ou coisas do ‘mundo da vida’ como culturais para serem mobilizados politicamente nas reivindicações de direitos étnicos, identidades relacionais, políticas educacionais, reparação por danos políticos, mercado do turismo cultural, preservação de memória e de história, entre outros.

Neste *sistema simbólico* outros setores e atores da sociedade são mobilizadores e mobilizados por esta narrativa. Escolhemos dois *tipos* de atores, que consideramos relevantes, entremeados nesta narrativa de bairros culturais e buscamos explorá-los analiticamente, juntamente com a política ‘monumentalizadora’ da Prefeitura. O primeiro é o ator organizador de atividades/eventos, os chamados *agentes culturais*, aquelas pessoas mobilizadoras e mobilizadas pela história cultural dos bairros portuários, que quase cotidianamente movimenta as ruas e praças da Região. Por isso, são importantes para contribuir atraindo outro *tipo* de ator, os não menos importantes ‘*pessoas de fora*’ que se deslocam de outras Regiões da cidade para formar o público consumidor desses ‘serviços culturais’ testemunhos das *boas novas*, dos bairros culturais.

Para tal foram escolhidos três personagens moradores na Região Portuária, envolvidos diretamente em ações voltadas para uma identificação de ‘memórias’ e

¹⁷⁴ Este parágrafo foi construído a partir de uma provocação do Professor Felipe Berocan Veiga sobre a relação entre cultura e projeto de revitalização urbana.

¹⁷⁵ Geertz, (1986).

‘atividades culturais’. Narrar suas trajetórias permitiu observar que a ‘narrativa de bairros culturais’ criou as condições para a emergência do *campo de possibilidades*¹⁷⁶ em que vários atores, experimentem como *projetos*¹⁷⁷ tornarem-se *agentes culturais* para atuarem ativamente neste processo, percebendo-o como positivo por reconhecer uma importância histórica da Região, tirando-a da *velha* narrativa que a descrevia como abandonada. Estas personagens narram as suas ações repousando sobre compromissos com suas histórias, memórias, pertencimentos, identidades e percepções emotivas do mundo.

Mobilizados pelas histórias que contam e pelas histórias que ouvem, organizam suas narrativas de modo a estabelecer continuidade entre diferentes momentos e situações de suas vidas, legitimando o *campo de possibilidades* em que experimentam como *projetos* tornarem-se *agentes culturais*. Como observa Gilberto Velho (1994) o sentido de identidade individual depende em grande parte da organização desses fragmentos de fatos e episódios para dar consistência e significado ao passado, possibilitando a articulação e elaboração de *projetos* que dão sentido e estabelecem continuidade entre os diferentes momentos e situações de suas vidas.

O segundo *tipo* de ator entremeado nesta narrativa, que exploramos analiticamente, é o *IPN e as ossadas dos Pretos Novos*, mas contextualizada no ‘mundo da vida’, por isso, denominamos o terceiro capítulo de “*a experiência de patrimônio cultural em torno do Instituto de Pesquisa e Memória dos Pretos Novos*”. Neste recurso observamos os modos pelos quais é politicamente utilizada a categoria cultura, a par de outras, que frequentemente se relacionam, como a categoria memória, histórico, turismo cultural, patrimônio cultural, identidade cultural e construção de cidadania. Este possibilitou pensar este patrimônio cultural como formas de ação, não como ‘entidades’ prontas e acabadas, no sentido de Gonçalves (2012).

Ao conseguir materializar as mazelas e o racismo na sociedade brasileira e as demandas por reconhecimento de grupos que se atribuem uma identidade afrodescendente, o IPN na narrativa dos bairros portuários contribui para o fortalecimento da imagem de um território marcado pela presença de cativos e libertos, vítimas do processo escravocrata brasileiro, possibilitando que diversas manifestações culturais caracterizadas como afro-brasileiras possam *legitimamente* ocupar espaços públicos na Região, com discurso de cultura de raiz ou tradição.

¹⁷⁶ Velho (1994).

¹⁷⁷ *Idem.*

Diversas pesquisas inspiradas em grande medida nas ideias da autora Otília Arantes (2000) partem do pressuposto de que a cultura – museus, patrimônio arquitetônico ou atividades culturais -, nestes processos de revitalização urbana, é um meio de alienar e buscar consenso junto à população, ocultando os verdadeiros interesses do Estado e das grandes corporações financeiras desejosas em promover a especulação imobiliária nestes espaços. Esta leitura parece-me priorizar uma perspectiva utilitarista ou economicista do modo pelo qual a categoria cultura é apropriada pelos indivíduos ou instituições. Além de manter o foco no poder público e no mercado financeiro, não permitindo espaço para intencionalidade própria nas ações dos indivíduos e organizações locais. Estes são representados como alienados, incapazes de perceber os verdadeiros interesses em jogo.

Nesta perspectiva a dinâmica da cidade é creditada de forma direta e imediata a dinâmica do capital globalizado, na qualidade de variável independente, como explicação última e total, como aponta José Guilherme Magnani (2002). Ainda de acordo com o autor em seu artigo “*De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*” a dimensão etnográfica pode evitar que estudos da “questão urbana” utilizem grandes modelos formais para compreenderem as cidades, ignorando as atividades e redes de sociabilidade de seus moradores e usuários. Neste sentido há nos grandes modelos formais ausência de certo tipo de ator social, a cidade pensada como uma entidade à parte de seus moradores: como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro¹⁷⁸.

Portanto na busca por uma interpretação que possibilitasse ampliar o entendimento dos usos da categoria cultura nos projetos de revitalização, recorreremos à dimensão etnográfica e a Marshall Sahlins (1997) para não nos limitarmos em uma leitura utilitarista ou economicista como explicação última para as ações ‘*culturais*’ das pessoas, mas manter uma observação atenta aos seus argumentos para explicarem as suas ações e demandas. Os motivos recorrentes são uma preocupação com o patrimônio cultural como ‘bem público’; o desejo de participar do processo de transformação do bairro; afirmação identitária; integrar os moradores do bairro; contribuir para a formação de cidadãos conscientes com *conhecimento histórico*; resgatar e valorizar a história; a busca pelo ‘lúdico, lazer’ ou por uma experiência ‘autêntica’; valorizar

¹⁷⁸ Magnani (2002).

econômica e simbolicamente os bairros; e, sobrevivência financeira individual ou familiar. Nesse sentido o fato de a categoria cultura ter se transformado em um *idioma comum*, para selecionar e classificar algumas ações ou coisas no ‘mundo da vida’ como culturais, não quer dizer que as pessoas estão selecionando as mesmas coisas e nem com as mesmas motivações.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Antropologia da cidade. Lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

ARANTES, Otília B. F. *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas*. In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Otília B. F. Arantes, Carlos B. Vainer, Ermínia Maricato. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2000

BECKER Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In: Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994.

BIENENSTEIN, Glauco; MASCARENHAS, Gilmar; SÁNCHEZ, Fernanda. Mega-eventos desportivos em Rio de Janeiro: Coaliciones poéticas e inversiones simbólicas. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Depósito Legal: B. 21.742-98. Vol. XV, nº 895 (14), 5 de noviembre de 2010.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Pulo, 2006.

CARVALHO, Bruna Gomes Leite de. Rio como fomos: políticas culturais de 2001 a 2012. Dissertação de Mestrado - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2013.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart et al. Saúde, Gamboa, Santo Cristo. Riode Janeiro: João Fortes Engenharia/Editora Index,1987. (História dos Bairros).

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. (1996). As Cidades como Atores Políticos. Novos Estudos, CEBRAP, n.45, São Paulo.

CEFAI, Daniel. *Como uma associação nasce para o público: vínculos locais e arena pública em torno da Associação La Bellevilleuse, em Paris*. In.: Arenas Públicas: Por uma etnografia da vida associativa. (Org.) Daniel Cefai, Marco Antonio da Silva Mello, Fábio Reis Mota e Felipe Berocan. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

_____. ¿Qué es una arena pública? Algunas pautas para un acercamiento pragmático: Traducción corregida y ampliada por Mariela Hemilse Acevedo, Año 2012

COELHO, Margareth da Luz. *Nasce uma nova Niterói: representações, conflitos e negociações em torno de um projeto de Niemeyer*. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 273-300, jul./dez. 2009.

_____. *Caminho Niemeyer: os “usos” da cultura em Niterói*. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia — n. 24, 1º sem. 2008. Niterói: EdUFF, 2009.

CORREIA, Mayã Martins. Entre portos imaginados: construções urbanísticas pensadas a partir do projeto Porto Maravilha, cidade do Rio de Janeiro. São Paulo. Dissertação USP/FFLCH/PPGAS, 2013.

CUNHA, Neiva Vieira da. O modelo 'Barcelona' em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica. *O Social em Questão*, v. 29, p. 325-335, 2013.

FACINA, Adriana. "Eu só quero é ser feliz": quem é a juventude funkeira no Rio de Janeiro?. In: Reis, Livia; Figueiredo, Eurídice. (Org.). *América Latina: integração e interlocução*. Rio de Janeiro/Santiago, 7Letras/Usach, 2011. p. 154-164.

FELDMAN-BIANCO, Bela. Prefácio á segunda edição. In: _____(org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. UNESP, [1987] 2010, pp. 11-17.

FREIRE, Leticia de Luna. *Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro*. In: *O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 - 2013*, pg. 101 - 128.

FRÚGOLI, Frúgoli Jr; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. *Cuadernos de Antropología Social Nº 30*, pp. 119-136, 2009 © FFyL – UBA – ISSN: 0327-3776

GAFFNEY, Christopher. Forjando os anéis: A paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro, nº 15. 2013. Revista eletrônica: *e-metropolis*.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Editora Zahar, 1986.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

_____. *Os limites do patrimônio*. In: *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Org. FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornélia. Associação Brasileira de Antropologia. – Blumenau : Nova Letra, 2007. 368p.

_____. *As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente*. In: *Antropologia e Patrimônio Cultural : trajetórias e conceitos* /organizadores, Izabela Maria Tamasso e Manuel Ferreira Lima Filho.– Brasília : Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro. Tese: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011.

_____. *O patrimônio Cultural e a Cidade: Experiências*. *Fragmentos de cultura*, Goiânia, v. 17, n. 7/8, p. 727-745, jul./ago. 2007.

_____. *De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio cultural na produção de espaços urbanos diferenciados*. In.: Antropologia e Patrimônio Cultural : trajetórias e conceitos /organizadores, Izabela Maria Tamasso e Manuel Ferreira Lima Filho.– Brasília : Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

_____. A moradia como patrimônio cultural: Discursos oficiais e (re) apropriações locais, Anpocs 2007.

_____. Discursos de visibilidade e novos usos do território: o caso da Pedra do Sal (RJ). Anpocs 2008.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000 [1961].

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Tradução. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertation de Master. Departamento de História, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008.

LACARRIEU, Mônica. Cidades latino-americanas. Desafios e limites dos processos de requalificação cultural: globais/transnacionais, regionais, nacionais e/ou locais? Revista PRAIAVERMELHA, Rio de Janeiro, v. 20 n° 2, p. 135-156, julho-dezembro, 2010.

LAMARÃO, Sergio Tadeu Niemeyer. *Dos trapiches ao porto. Um estudo sobre a Zona Portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/ Biblioteca Carioca, 1991.

LEITE, Rogerio Proença. A Exaustão das cidades. Antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. RBCS Vol. 25 n° 72 fevereiro/2010.

LIMA FILHO, Manuel F. Entre campos: cultura material, relações sociais e patrimônio. In.: Antropologia e Patrimônio Cultural : trajetórias e conceitos /organizadores, Izabela Maria Tamasso e Manuel Ferreira Lima Filho.– Brasília : Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n.49. São Paulo: ANPOCS, 2002.

MELLO, Marco Antônio da Silva Mello & VOGEL, Arno. Verdade e Narrativa: A filosofia das Histórias e a contribuição de Wilhelm Schapp para a questão da narrativa e fundamentação de direitos. 2000.

MELLO, Fernando Fernandes de. A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas. Dissertação IPPUR. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Universidade Federal do Rio de Janeiro. Março de 2003.

MOTA, Fabio Reis. Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte? Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Editora Consequência, ano: 1ª – 2014.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. *Porto do Rio: um apelo*. In.: Minha cidade, n. 2, ano12. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.134/4024> . Acesso 20/02/2015.

Oliveira; Ribeiro; Rey & Wilke. *Pedra do Sal e samba na fonte: samba de raiz em um espaço fundador na perspectiva das paisagens culturais*. In.: Antropologia e Patrimônio Cultural : trajetórias e conceitos /organizadores, Izabela Maria Tamasso e Manuel Ferreira Lima Filho.– Brasília : Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

PARK, Robert Erza. *A cidade. Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio ambiente urbano*. In.: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, Ed. [1915] 1976. pp. 29-72.

PEIXOTO, Paulo. *Requalificação urbana*. In.: Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos. Org. Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite. 2009.

PEREIRA, Júlio César M. da S. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garamond/IPHAN, 2007.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de junho de 1944]: mito, política, luto e senso comum*. In: Uso e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2000. Pg. 103-130.

RUBINO, Silvania. *Enobrecimento urbano*. In.: Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos. Org. Carlos Fortuna, Rogério Proença Leite. Data: Setembro, 2009, pág. 25-39.

SAHLINS, Marshal. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. In: Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Reginaldo Ribeiro da. *Ritualizando o Costume Geraizeiro: Estratégias de Reprodução Familiar na Feira de Grão Mogol - MG*. Monografia de conclusão de curso defendida na Universidade Estadual de Montes Claros, 2010.

Tavares, Reinaldo. *Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial*. Dissertation de Master. Departamento de Arqueologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

VAINER, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In.: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Org. Otília B. F. Arantes, Carlos B. Vainer, Ermínia Maricato. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

_____. *Os Liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”*. In.: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Org. Otília B. F. Arantes, Carlos B. Vainer, Ermínia Maricato. – Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

VASSALLO, Simone Pondé. *Desenterrando memórias: uma análise das disputas em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro*. ANPOCS, 2012.

_____. *Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000)*. RBA29, 2014.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, cap. 1 e 3, ed. Jorge Zahar, 1994.

VELHO, G. & VIVEIROS de CASTRO, E.B. *O Conceito de Cultura e o Estudo das Sociedades Complexas: uma perspectiva antropológica*. Artefato: Jornal de Cultura. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura, n. 1, Jan. 1978.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. Editora Cosac Naify, 2010. São Paulo

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Websites:

http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/lei971_87.pdf. Acesso 15/03/2015

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?id=4481643>. Acessado 15/03/2015.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/cultura/story/2003/07/030704_krensapfn.shtml. Acessado 15/03/2015.

<http://cidadedosambarj.globo.com/>. Acessado 15/03/2015.

<http://www2.rio.rj.gov.br/smel/VilaGamboa.html>. Acessado 15/03/2015.

http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx. Acesso 15/03/15.

<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0981/noticias/quero-ser-barcelona?page=2>. Acesso 15/03/2014

<http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>. Acesso 15/03/2014

<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/rio-mp-pede-paralisacao-de-demolicao-do-elevado-da-perimetral> Acesso 16/03/2015

<http://portomaravilha.com.br/web/sup/serObrMapaPer.aspx>. Acesso 16/03/2015.

<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-05/eduardo-paes-compara-derrubada-da-perimetral-a-queda-do-muro-de-berlim.html>. Acesso 16/03/2015.

<http://oglobo.globo.com/rio/urbanistas-apostam-em-revolucao-paisagistica-cultural-apos-derrubada-da-perimetral>. Acesso 16/03/2015.

<http://oglobo.globo.com/rio/via-binario-revela-construcoes-do-rio-antigo-10687119>. Acesso 16/03/2015.

http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx. Acesso 15/03/2014

<http://www.amantesdaferrovia.com.br/profiles/blogs/esta-o-maritima-e-galp-es-s-o-restaurados-com-vag-es-do-cruzeiro>. Acesso 21/05/2015

<http://portomaravilha.com.br/materias/prefeitura-rio-devolve/p-r-d.aspx>. Acesso 21/05/2015.

<http://portomaravilha.com.br/materias/igrejas/i10.aspx>. Acesso 21/05/2015.

http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/igreja_sao_francisco.aspx. Acesso 21/05/2015.

<http://portomaravilha.com.br/materias/prefeitura-premia-34/p-p-34-sala.aspx>. Acesso 16/03/2015.

<http://www.pretosnovos.com.br/>. Acesso 21/05/2015

<https://www.facebook.com/FeiraDoPortoArteCultura?fref=ts>. Acesso, 16/02/2015.

<http://www.casaporto.org/2014/01/21/viajantes-do-territorio/>. Acesso, 16/02/2015.

http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/the_slave_route_project_of_unesco_inspires_international_seminar_on_slavery_memory/#.VV51TJW5fml. Acesso 21/05/2015.

<http://jongodaserrinha.org/historia-do-jongo-no-brasil/>. Acesso 20/05/2015.